

# Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

## Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as Demonstrações Contábeis e o Relatório sobre o referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – International Financial Reporting Standards (IFRS). As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (https://ri.irbre.com/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (https://www.cvm.gov.br).

Conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras, nota explicativa 3.1 – Demonstrações de Resultados por Segmento, a Administração da Companhia utiliza, em linha com as práticas adotadas pelas resseguradoras globais, uma aglutinação de contas contábeis denominada “Visão do Negócio” para fins de análise de desempenho e cálculo dos seus indicadores de performance, conforme apresentado neste documento.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Vários são os motivos que fizeram de 2020 um período completamente atípico nos 81 anos de história do IRB Brasil RE. Em meio a um ano que vai ser lembrado globalmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, enfrentamos o desafio de superar uma crise de credibilidade motivada por irregularidades identificadas pela divulgação de informações inverídicas sobre a base acionária da Companhia em março de 2020, pela instauração da Fiscalização Especial da SUSEP, em maio, devido à insuficiência de Ativos Garantidores das Provisões Técnicas do IRB, naquele momento da ordem de R\$ 1 bilhão, e em Junho pelo refinamento das Demonstrações Financeiras de 2019/18 que trouxeram à luz a real situação econômico-financeira da empresa. Esses fatos nos levaram a alterar por completo nossa Diretoria Executiva, além de renovar o Conselho de Administração e reavaliar a amplitude e intensidade de atuação comitês de assessoramento ao Conselho; e ao mesmo tempo rever o Estatuto Social da Companhia. Concomitantemente aos fatos descritos acima, a Administração levou a cabo auditorias internas e forenses para investigar fatos relativos à base de acionistas da Companhia, assim como a indícios de manipulação de demonstrações financeiras, entre outros, e resolveu oferecer ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro representação criminal para apuração judicial de responsabilidades, assim como possibilitar reassentamentos à Companhia pelos prejuízos causados. Os processos encontram-se em andamento e sob sigilo de justiça. O mesmo material oferecido ao MPF-RJ foi também encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à SUSEP como forma de auxiliar nas investigações em suas respectivas esferas de atuação. No contexto de negócios, concentramos nossas atenções em um plano de “re-underwriting”, chamado de CFG – “Clean”, “Fix” e “Growth”, ou Limpeza, Arrumação e Crescimento, a partir de julho de 2020. Paralelamente, estabelecemos o Plano de Enquadramento de Liqueidez Regulatória e de Cobertura das Provisões Técnicas, de forma que, de julho a dezembro de 2020, a Administração logrou gerar caixa/ativos adicionais e/ou redução de passivos, ambos relativos às provisões citadas de R\$4,8 bilhões de novos recursos, de forma a permitir o reenquadramento regulatório em 31.12.2020.

QuIB se confirma como a maior Resseguradora do Brasil e a maior Resseguradora Regional de origem ibero-americana; e encerra o exercício de 2020 sendo insiduosamente uma Companhia robusta com Ativos da ordem de R\$ 22,7 bilhões, Sólida com Patrimônio Líquido Total de R\$ 4,3 bilhões e Líquida com Ativos Financeiros da ordem de R\$ 3,8 bilhões, contando, ainda, com quadros humanos de gestão e/ou técnicos de elevado nível de qualidade e comprometidos em disciplina de custos e constante busca por eficiência. O desempenho de 2020 foi marcado pela evolução prêmio emitidos em 12,7%, totalizando R\$ 9.596 milhões, ante R\$ 8.515 milhões no ano anterior. As Provisões Técnicas evoluíram em R\$3,1 bilhões, alcançando a cifra de R\$ 13,5 bilhões contra R\$ 10,4 bilhões em 31.12.2019, um incremento de 29,7%. O Resultado após impostos foi negativo de R\$ 1.521 milhões em 2020, todavia com claras tendências de melhorias já verificadas no segundo semestre de 2020. No início de 2021, selecionamos uma firma líder mundial em consultoria estratégica para nos assessorar na revisão estratégica que já havíamos iniciado, em meio a negócios, geográficos e modelo operacional.

A Administração é pautada por visão de longo prazo, calada na transparência e qualidade da informação a ser transmitida para os stakeholders, enfatizando a importância e as responsabilidades individuais para o alcance de metas que construirão a nova base do IRB Brasil RE, assegurando sua posição de liderança no mercado. Confiamos no desempenho positivo do IRB para os anos vindouros a partir de 2021, colhendo os frutos da etapa de Limpeza (Clean), com a descontinuidade de contratos que asseguraram baixa margem e afetaram nossos resultados. Com base nos pilares básicos de nossa estratégia empresarial sustentadas por atuação ética, com responsabilidade socioambiental, e dentro dos mais elevados padrões de governança corporativa (ESG) e gestão do negócio baseada em riscos (ERP), seguiremos “sem pressa, mas também sem pausa” na busca por melhorias em todos os nossos acionistas, serviço de excelência aos clientes e parceiros de negócios, bem como na construção de um ambiente de qualidade e voltado para alta performance para nossos colaboradores.

**Antônio Cássio dos Santos** - CEO e Presidente do Conselho de Administração

## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O mercado de resseguros guarda grande relação com o desenvolvimento econômico do país. No IRB Brasil RE, o desenvolvimento da sociedade é mais que um aspecto importante, faz parte da nossa estratégia. Por meio de iniciativas próprias, patrocínios, apoios e parcerias, investimos para melhorar a vida em sociedade, gerando propósito e construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos. No campo social, em 2020, investimos R\$ 1 milhão por meio de verba direta para o patrocínio ao programa “Unidos Contra a Covid-19”, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. O investimento foi direcionado para o estudo da eficiência de medicamento já existentes no tratamento da Covid-19. Realizamos ações sociais estratégicas voltadas para o engajamento de nossos colaboradores, em prol do bem da sociedade em geral. A campanha de volta às aulas arrecadou tons de material escolar direcionados a meninos e meninas atendidos pelo Instituto Reação, projeto que conta também com o patrocínio incentivado do IRB.

Já a campanha “Lado a lado por dias melhores” engajou os colaboradores em benefício dos 2.064 meninos e meninas atendidos pelo Instituto Reação, Sem Barreiras e Escolinha de Vôlei Adriana Samuel. Os pais e mães dos alunos desses projetos socioesportivos, que o IRB já apoia, relataram diversas dificuldades desde o início da pandemia da Covid-19. Para cada doação realizada, o IRB contribuiu com a mesma quantia e, com isso, arrecadamos R\$ 12 mil para a aquisição de cartões-alimentação e refeição, para que as famílias desses jovens comprassem alimentos e produtos de higiene no mercado mais próximo de suas residências.

Em dezembro, em parceria com o União Rio, promovemos campanha de doação e distribuímos 14 toneladas de alimentos, beneficiando 5 mil pessoas em 16 municípios da região de 46 comunidades das regiões Norte e Oeste do Rio de Janeiro e de municípios da Baixada Fluminense, como Japeri e Duque de Caxias. Ao todo, o IRB doou mil cestas básicas e estimulou que seus colaboradores também realizassem doações diretas para a ação Rio Contra Corona, que é gerida pelo Instituto Ekloos, Banco da Providência e Instituto Phi, com objetivo de minimizar os impactos causados pela Covid-19. A estratégia de impulsionar o acesso à cultura, por meio de projetos enquadrados na Lei de Incentivo à Cultura, prioriza restauração e manutenção de museus, grandes exposições e projetos relacionados à música. Nesse contexto, foram investidos R\$ 190 mil por meio de recursos próprios para patrocinar o acesso gratuito à exposição OSGEMEOS: Segredos, na Pinacoteca de São Paulo. A ação ofereceu 7.560 gratuidades para incentivar a volta do público e o retorno do setor cultural de acordo com o plano de reabertura do Estado de São Paulo. Seguindo o protocolo de flexibilização da fase verde, todos os ingressos foram reservados pela internet e a visita agendada, respeitando o limite de 840 pessoas por dia.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitês Executivos e Estratégicos que assessoram a Diretoria e o Conselho de Administração. Esses órgãos desempenham funções específicas, de forma a assegurar transparência e melhores práticas de gestão e supervisão do desempenho. Conta ainda com uma Secretária, que responde diretamente pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração, bem como assegura que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente, de maneira segura, a todas as instâncias. O Conselho de Administração é composto por nove membros titulares, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, sendo permitida a recondução. Oito dos nove membros são conselheiros independentes. O Conselho é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/ conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias. Os membros apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutária; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma atuação regular de trabalho para o acompanhamento, monitoramento e suporte da gestão do IRB Brasil RE.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. É instalado a pedido da Assembleia Geral dos Acionistas e atualmente integrado por quatro membros. A Diretoria-Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos. No final de 2020, era integrada por um presidente e quatro vice-presidentes (Resseguros; Técnico e de Operações; Financeiro e de Relações com Investidores; Riscos, Conformidade e Jurídico), que atuam com o apoio de 12 diretores não estatutários.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na Política de Governança Corporativa, para assegurar a implantação de procedimentos eficazes de gestão. Durante o ano de 2020 foram realizadas 50 reuniões do Conselho de Administração, 31 reuniões de seu Comitê de Auditoria, 63 reuniões de Diretoria e 23 reuniões do Conselho Fiscal e, além de, aproximadamente, 80 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em 17 de agosto de 2020, o IRB Brasil RE informou ao mercado que apresentou representação criminal ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, inclusive aquelas divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, que levaram à reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020. Além disso, a Companhia realizou profundas mudanças em sua estrutura organizacional a fim de corrigir e prevenir futuros conflitos de interesse e concentrações de poder de decisão:

- **Mudanças implementadas na Diretoria-Executiva**
- O número de posições estatutárias aumentou de três para cinco executivos, com os seguintes impactos em governança:
  - Melhor segregação de funções e especificação das respectivas responsabilidades;
  - Processo decisório compartilhado;
  - Redução de conflito de interesses;
  - Reforço na prestação de contas.
- **Mudanças implementadas no Conselho de Administração**
- Aumento do número de conselheiros de 8 para 9 e eliminação de suplências;
- Renovação abrangente do Conselho – 7 novos membros;
- Foco na composição do Conselho com equilíbrio entre habilidades, histórico e experiência;
- Membros com mais tempo de dedicação às atividades do Conselho e dos comitês de assessoramento;
- 8 de 9 conselheiros atendem aos critérios de independência estabelecidos pela B3;
- Presidente do Conselho temporariamente acumulando a posição de CEO.
- **Mudanças implementadas nos Comitês de Assessoramento**
- Revisão dos Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e de seus regimentos, contemplando a participação de especialistas externos.

## ESTRUTURA ACIONÁRIA

Desde 2019, a Companhia possui seu capital pulverizado, sem controlador definido. Mesmo após a capitalização ocorrida em 2020, ela manteve seu status de Corporation, com 99% de ações em circulação negociadas em bolsa e 1% em Tesouraria. A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 segue conforme tabela abaixo:

Acionista	Número de ações	%
Grupo Bradesco Seguros	200.003.914	15,8%
Itaú Seguros	145.924.075	11,5%
Tesouraria	12.513.209	1,0%
Ações em circulação	909.449.133	71,7%
Total de ações	1.267.890.331	100,0%

## GESTÃO DE RISCOS

A Companhia adota, desde 2013, uma política de gestão de riscos, com o objetivo de gerenciar, principalmente, riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo sua aplicação monitorada semestralmente pelo próprio Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e Solvência e de Auditoria Estatutária, e regularmente pela Diretoria da Companhia. A Administração considera que a estrutura de gestão de riscos está em equilíbrio com o mapeamento de riscos, a identificação e classificação dos riscos e os respectivos controles internos, para a verificação da efetividade da operação, estão em linha com o Enterprise Risk Management Framework do C.O.S.O. Ressalta-se ainda que, a Companhia está em contínuo processo de revisão e revitalização de seus controles internos e, desde 2020, conta com o apoio de uma consultoria especializada no assunto.

A Companhia mantém uma Declaração de Apetite por Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, alinhada aos objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. Em setembro de 2020, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's Global Ratings (“S&P”) atribuiu o rating de emissor do IRB Brasil RE de “brAAA” na escala Nacional Brasil, com perspectiva estável. A S&P também atribuiu o rating “brAAA” para a 1ª (primária) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Segundo a S&P, as mudanças recentes no Conselho e na Diretoria fortalecem a governança e melhoraram a cultura de risco. Em novembro de 2020, a mesma agência atribuiu o rating “brAAA” para a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia. Em dezembro de 2020, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, reafirmou o Rating de Força Financeira A- (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo do Emissor (ICR de Longo Prazo) “a-” da Companhia, em escala internacional. De acordo com o comunicado divulgado pela agência, as classificações refletem a solidez do balanço patrimonial da Companhia, que a A.M. Best categoriza como o mais forte, bem como seu forte desempenho operacional, perfil de negócios neutro e gerenciamento de risco da empresa (ERM) marginal. Com a visão de que a gestão de riscos é responsabilidade de toda a organização – Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores – a Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, aderente aos preceitos determinados pela Circular SUSEP nº 517/2015, estabelecendo em normativos internos os papéis e as responsabilidades para cada uma delas. A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e Compliance representam a segunda linha de defesa, enquanto a terceira linha é representada pela Auditoria Interna. Adicionalmente, os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes. O IRB Brasil RE anualmente realiza testes do Plano de Continuidade de Negócios e do Plano de Recuperação e Desastres, como cumprimento de exigências regulatórias e melhores práticas. São simulados cenários de indisponibilidade de acesso à sede do IRB e ao data center principal, no Rio de Janeiro, assim como de falha absoluta em redes de comunicação de voz e dados. Todos os sistemas críticos são também testados no site de contingência em São Paulo. A Companhia dispõe de um plano D&S&P de Segurança da Informação do Conselho e da Administração fortalecendo a segurança da informação, dividido em quadro dominos: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidente, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias. Ademais, a Companhia ainda conta com uma apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos.

## ÉTICA E INTEGRIDADE

Para implementar seu novo modelo de governança, em 2020, que contemplou mudanças essenciais para o fortalecimento das práticas de Governança Corporativa, houve reforço ao seu compromisso com a manutenção da integridade e da ética em suas atividades. Neste sentido, foram revisados o Estatuto Social e a Estrutura Organizacional da Companhia, que possibilitaram a descentralização da tomada de decisão por meio do aumento do número de posições estatutárias e a criação de seis comitês compostos integralmente por conselheiros e membros externos independentes. Estes comitês possuem estrutura consultiva e atuam no assessoramento ao Conselho de Administração, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria Estatutária; (ii) Comitê de Riscos e Solvência; (iii) Comitê de Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos; (iv) Comitê de Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; (v) Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração; (vi) Comitê de Ética, Sustentabilidade e Governança. A Companhia mantém um Canal de Ética Corporativa que é gerenciado por uma empresa independente, que recebe de forma autônoma e segura as denúncias – inclusive anônimas – sobre atos ilícitos, violações aos princípios éticos, padrões de comportamento atípicos, violações às políticas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Ética e Conduta. As denúncias são encaminhadas para análise, investigação e resolução de acordo com política definida, que leva em consideração o teor e objeto do relato, podendo ser canalizadas para a diretoria executiva ou mesmo para comitês de assessoramento ao conselho, notadamente os de Auditoria Estatutária e Ética, Sustentabilidade e Governança.

## INOVAÇÃO

Ampliamos os investimentos em inovação, consciente de que o mercado de seguros e resseguros será completamente diferente em um futuro próximo, refletindo novas tecnologias e mudança de comportamento dos consumidores. Como líder do setor no Brasil, nos posicionamos como benchmark do mercado e motor da transformação digital, por meio de inovação e parcerias disruptivas que firmamos com fintechs e insurtechs que aceleram o uso de tecnologias de ponta, com blockchain e inteligência artificial. E nos preparamos, assim, para também apoiar os clientes em seus processos de digitalização. **Interação Inovativa** Como parte do nosso modelo de inovação aberta, fomentamos desde 2018 o Insurtech Innovation Program, desenvolvendo em parceria com a PUC-Rio e uma seguradora, com o objetivo de realizar pesquisas e inovação na área de seguros e resseguros. Em 2020, a iniciativa, inédita no mercado, mobilizou em seus três ciclos 27 universitários de cursos e instituições diferentes e 25 colaboradores da Companhia, entre padrinhos e participantes, que apresentaram 22 projetos. Eles envolvem soluções para temas atuais como seguros intermitentes, seguros on demand, open insurance e os impactos da pandemia. Até aqui, o programa registra taxa de aproveitamento dos projetos de 23%, acima da média de iniciativas como esta. A edição 2021 será iniciada em março.

## Parceria com a B3

Finalizamos parceria com B3 e estamos desenvolvendo uma plataforma inédita no país para conectar corretores, seguradoras e resseguradoras em uma única rede, permitindo que operações envolvendo contratos de seguros e resseguros sejam realizadas via internet de forma mais ágil, segura e transparente. A ferramenta, que chegará ao mercado em 2021, é baseada na tecnologia blockchain e possibilitará concluir em segundos processos que hoje podem durar meses.

## • IRB-Inteligência

Em novembro, lançamos o novo serviço de inteligência de dados do IRB Brasil RE: o IRB-Inteligência. Oferecemos ao mercado o Boletim IRB+Mercado, que resume as operações de seguros e resseguros a partir dos dados públicos disponibilizados pela Susep, com foco nos seguros de danos, responsabilidades e pessoas. A análise, que é publicada mensalmente, fica disponível, em íntegra, no site da companhia (www.irbre.com). No mesmo endereço, oferecemos ainda um painel de dados interativo, que permite fazer consultas dinâmicas aos dados. O Dashboard IRB+Mercado Segurador, que é chamado, foi desenvolvido pela Companhia, é gratuito, de fácil acesso e traz informações de todo o setor.

## • Novas ferramentas e produtos

Diante das incertezas provocadas pela pandemia da Covid-19 na economia e no mercado de seguros e resseguros, lançamos, em parceria com uma prestígio corretora de resseguros, uma ferramenta exclusiva que permite que as seguradoras analisem a exposição ao risco de suas carteiras de seguros de vida e habitacional e estimem tecnicamente possíveis perdas com sinistros. A análise também viabiliza formatar sob medida produtos com coberturas de pandemias, atendendo às expectativas dos segurados. O modelo, oferecido de forma gratuita aos clientes, é inédito no Brasil e foi adaptado para a realidade do nosso país.

Em setembro, o projeto CatHardzard, apresentado na ABGR de 2019, viu o realidade. A partir da ideia surgida no laboratório de inovação do Insurtech Innovation Program, desenvolvemos uma ferramenta robusta. O grande diferencial é a nova visualização dos portfólios de riscos, de maneira ágil e objetiva, em um painel interativo e amigável, apresentando diversos indicadores e cenários que contribuem com as análises diárias. Hoje, a plataforma permite um controle maior das exposições. Também licenciamos plataforma inglesa de georreferenciamento de dados, inédita na América Latina, que pode reduzir pela metade o tempo de análise de exposição de um ativo a riscos específicos, como inundações, terremotos e furacões. Desenvolvida pela startup Insurdatta, especializada no setor de seguros e resseguros, a ferramenta inova ao localizar com precisão e alta resolução endereços em qualquer parte do planeta e dar acesso em tempo real a diversas informações agregadas. No dia a dia, permite aos nossos subscritores apurar informações mais precisas e produzir análises de riscos de alta precisão com mais rapidez.

## DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### • Capital Humano

Em 2020, o centro de dois valores do IRB Brasil RE: Espírito de Equipe, pelo entendimento de que os colaboradores formam um time e que a Companhia cresce com as diferenças e o respeito aos outros; e Reconhecimento, com a valorização dos profissionais que fazem o IRB acontecer e a celebração de cada conquista.

No encerramento de 2020, atuavam na Companhia 445 colaboradores, sendo 386 empregados próprios e 59 terceirizados. Entre os empregados, 54% eram homens e 46%, mulheres. Dos cargos de gestão, 33% são ocupados por mulheres. A taxa de rotatividade no ano foi de 12,7% (10,2% em 2019).



Atento ao bem-estar de nossos colaboradores, realizamos campanhas anuais de engajamento, em parceria com a consultoria Mercer. Em 2020, o acompanhamento do engajamento da organização foi realizado por meio de reuniões do Comitê de Engajamento, que envolve diferentes áreas, percepções e ideias para assegurar um ambiente de trabalho saudável, com equipes e colaboradores comprometidos. Outras iniciativas incluem o Programa de Qualidade de Vida e campanhas com o foco na saúde, como as de vacinação, contratação do Gympass, com objetivo de estimular a prática do exercício físico, criação do canal Com Você, que busca prover suporte para demandas de atendimento psicológico, jurídico (exceto temáticas do direito trabalhista) e financeiro.

No ano, foi estabelecido home-office para que todos os empregados pudessem desempenhar suas atividades com saúde e segurança. E por meio do programa Jovens Aprendiz promovemos a inclusão social. Até 2020, 21 jovens foram convertidos em estágiários, dos quais 19% foram efetivados. Para manter e atrair talentos, oferecemos um pacote de benefícios que inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, seguro de vida, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte e reembolso para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho. Adicionalmente, 91% dos empregados aderiram ao plano de previdência complementar, que tem coparticipação da Companhia. O Código de Conduta do IRB estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma política sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

### • Fornecedoros

A Companhia adota critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de Know Your Supplier (KYS), em que uma due diligence é realizada antes da assinatura dos contratos para assegurar que os fornecedores cumpram a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como não utilizem trabalho infantil ou escravo e adotem práticas que evitem eventual sinistro ou passivo socioambiental.

### • Aspectos Ambientais

O ano de 2020 foi atípico para todos, inclusive para as empresas. Como medidas de prevenção à Covid-19, o IRB Brasil RE adotou o trabalho em home office e reformulou seus escritórios, respeitando o distanciamento e capacidades máximas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, tornou-se rotina na empresa a aferição de temperatura, consultas a profissionais da saúde e o acompanhamento das condições de saúde dos empregados por meio de um aplicativo para celular, sempre respeitando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Ponto de destaque também durante o período de pandemia foi a redução da utilização dos recursos naturais como água e energia, além dos consumíveis de limpeza e higiene, com redução de até 51% nessas categorias.

O IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos físicos, programa de reciclagem de lixo, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os empregados da Companhia participam das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa Reduz Seus Resíduos. Cada colaborador recebeu um copo reutilizável – chamado Menos 1 Lixo – e, na sequência, uma caneca de cerâmica para o café. Com a iniciativa, deixou-se de utilizar, anualmente, mais de 370 mil copos plásticos de água e outros 110 mil de café. Desde 2019, há um sistema de automação energética do prédio-sede, no Rio de Janeiro, pelo qual o consumo energético pode ser acompanhado de maneira remota. Em uma segunda fase, será possível também remotamente acender e apagar luzes e acionar a refrigeração. Está previsto também instalar um novo sistema de controle de uso de água, detectando desperdícios. Esse prédio conta também com telhado verde, com cobertura vegetal que proporciona benefícios como, por exemplo, redução da temperatura interna e consequente economia de energia, isolamento acústico e bicicletário com tomadas para bicicletas elétricas.

No prédio da filial de São Paulo há reutilização de água de chuva, vidros projetados para reduzir calor interno e, consequentemente, consumo de energia, bicicletário e tomadas para carregar carro elétrico. O edifício tem certificação Leed Core Shell prata concedida pela Green Building Council para construções autossustentáveis.

### • Aspectos Sociais

A Companhia expressa seu compromisso de promover o desenvolvimento da sociedade por meio de iniciativas próprias, apoios e parcerias na execução de projetos de responsabilidade social, assim como patrocina ações esportivas e socioculturais.

## ENQUADRAMENTO DE LIQUIDEZ REGULATÓRIA E SOLVÊNCIA REGULATÓRIA

Vivenciamos um desenquadramento regulatório, efeito de ativos que a regulação vigente não considera como aptos para compor esse parâmetro. É o caso de cartas de crédito com collateralidade mantidas no exterior, alguns títulos a receber, investimentos em coligadas, imóveis de propriedade da companhia, ou seja, ativos com liquidez de médio ou longo prazo. Com isso a Companhia buscou planos de contingência, concluídos em 2020 e os quais foram apresentados e devidamente aprovados pelo regulador em seu Plano de Regularização de Liquidez (PRL), a saber:

**Subscrição de Ações:** Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2,3 bilhões, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias.

**Debêntures:** Em 28 de outubro de 2020, a Companhia anunciou a liquidação da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfiária, em duas séries da Companhia, perfazendo o montante total de R\$ 597,4 milhões. Em 22 de dezembro de 2020, foi anunciada a liquidação financeira de sua 2ª emissão de debêntures, que totalizou R\$ 229,2 milhões.

Com as duas ações implementadas como parte do Plano de Contingência, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou com um superávit ou suficiência de ativos elegíveis de R\$ 542,6 milhões – excluindo-se a margem adicional de 20% sobre o capital de risco –, em comparação a um déficit ou insuficiência de R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia continuou em 2021 com seu plano de contingência. Em janeiro, concluiu acordo judicial com a Eletronorte para reaver o montante de R\$ 358,0 milhões como ressarcimento de sinistro envolvendo interrupção de energia elétrica fornecida pela Eletronorte. O referido acordo prevê o pagamento no valor líquido de R\$307 milhões após homologação judicial.

No que se refere à solvência da Companhia, esse indicador está em linha com os padrões internacionais. Em dezembro de 2020, o índice de solvência regulatória era de 167% (Patrimônio Líquido Ajustado/Capital Mínimo Requerido) e índice de solvência total de 226% (Patrimônio Líquido/Capital Mínimo Requerido).

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

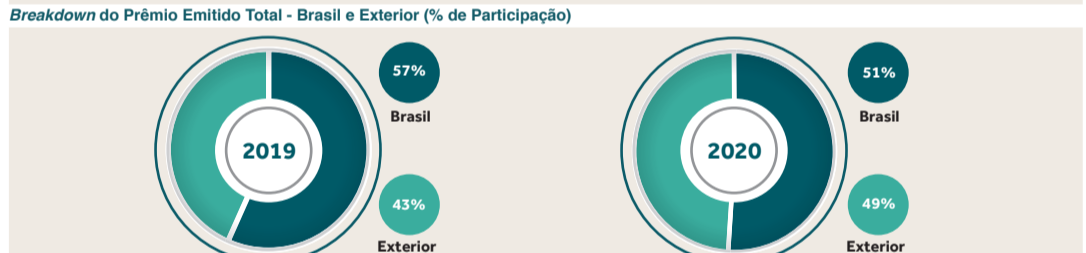
### • Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

No ano de 2020, o volume total de prêmio emitido cresceu 12,7% em relação a 2019, totalizando R\$9.596,1 milhões. O prêmio emitido no Brasil totalizou R\$4.874,2 milhões, o que representou um incremento de 1,0%, refletindo a resiliência do negócio em um ano de pandemia. O prêmio emitido no exterior foi de R\$4.721,9 milhões, com aumento de 28,0% em relação a 2019. A maior contribuição do prêmio emitido no exterior em 2020 decorre, principalmente, do efeito positivo da variação cambial no período.

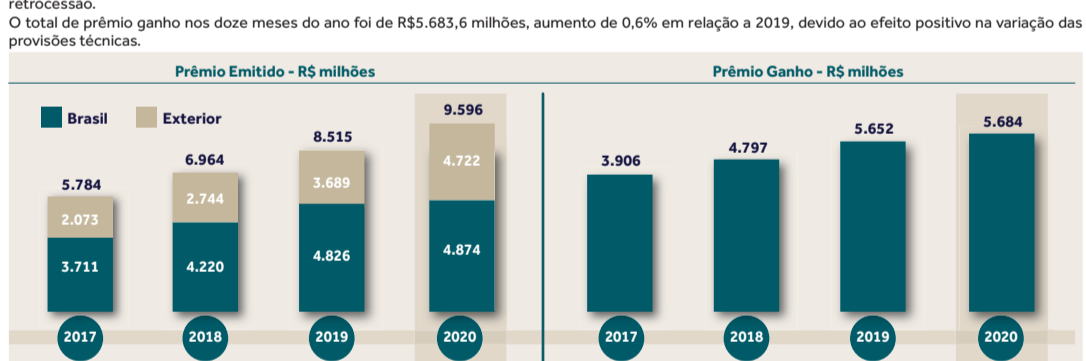
### Breakdown do Prêmio Emitido Total por Linhas de Negócios (% de Participação)



### Breakdown do Prêmio Emitido Total - Brasil e Exterior (% de Participação)



No ano de 2020, a despesa com retrocessão apresentou um aumento de 89,6%, refletindo principalmente o endurecimento do mercado (hard market), com consequente redução da oferta de capacidade. Outro fator que colaborou para o aumento do custo de retrocessão foi o programa de transferência de reservas técnicas (LPT – Loss Portfolio Transfer) na modalidade de proteção estruturada, com objetivo de reduzir a insuficiência de liquidez regulatória. Como consequência, o índice de retrocessão da Companhia subiu de 26,1% em 2019 para 44,0% em 2020. Em 2020, o total do prêmio retido foi de R\$5.376,6 milhões, uma redução de 14,5% em relação ao ano anterior, como reflexo do incremento da despesa de retrocessão. O total de prêmio ganho nos doze meses do ano foi de R\$5.683,6 milhões, aumento de 0,6% em relação a 2019, devido ao efeito positivo na variação das provisões técnicas.



### • Sinistro Retido

Em 2020, o sinistro retido total foi de R\$5.812,4 milhões, crescimento de 55,0% em relação ao mesmo período reapresentado de 2019. O índice de sinistralidade total apresentou aumento de 35,9 p.p, ante ao mesmo período do ano anterior, saindo de 64% para 102,5%. O aumento no sinistro retido no ano de 2020 pode ser explicado pelo seguintes fatores (i) contratos subscritos em anos anteriores que visavam apenas ao crescimento, sem foco nas margens; (ii) contratos que, em razão do cenário pandêmico, apresentaram maior celeridade no processo de atualização de reservas para alguns sinistros vultosos; (iii) ajustes cambiais dos sinistros em moeda estrangeira em decorrência do cenário de desvalorização do real frente ao dólar.

### • Resultado de Subscrição (Underwriting)

Em 2020, portanto, o resultado de subscrição foi fortemente impactado pelo aumento na sinistralidade, levando a um resultado negativo de R\$1.577,2 milhões.

### • Resultado Financeiro

Em 2020, o resultado financeiro e patrimonial foi de R\$125,2 milhões, o que representou redução de 86,6% em relação ao ano anterior. A queda do resultado financeiro no ano foi, primordialmente, decorrente da redução expressiva das taxas de juros. Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, caso os tenha.

### • Despesa Administrativa

Em 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$313,0 milhões, incremento de 2,7% em relação a 2019 (R\$ 304,8 milhões), decorrentes de despesas jurídicas e de auditoria externa. Apesar do aumento nas despesas gerais e administrativas, o índice das despesas gerais e administrativas ficou estável em 5,5% em relação a 2019, reforçando a eficiência administrativa da Companhia.

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>		<b>15.407.587</b>	<b>10.576.317</b>	<b>15.423.203</b>	<b>10.987.890</b>
DISPONÍVEL	5	14.190	24.895	14.563	35.864
Caixa e equivalentes de caixa		14.190	24.895	14.563	35.864
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.1	3.880.318	813.521	3.852.340	848.227
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	5.764.412	5.571.827	5.764.412	5.571.827
Operações com seguradoras	7.2	4.193.770	3.781.669	4.193.770	3.781.669
Operações com resseguradoras	7.2	1.496.530	1.688.579	1.496.530	1.688.579
Outros créditos operacionais	7.2	139.172	135.390	139.172	135.390
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(65.060)	(33.811)	(65.060)	(33.811)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		5.093.437	3.707.918	5.093.437	3.707.918
Prêmios - retrocessão	9.2	1.352.762	1.143.675	1.352.762	1.143.675
Sinistros - retrocessão	9.1	3.732.920	2.556.476	3.732.920	2.556.476
Outras provisões	9.3	7.755	7.767	7.755	7.767
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		528.256	356.439	571.474	722.333
Títulos e créditos a receber	10	357.061	55.113	389.126	419.392
Títulos de crédito privado		307.132	-	307.132	-
Outros títulos de crédito		49.929	55.113	81.994	419.392
Créditos tributários e previdenciários	11.1	171.195	301.326	182.348	302.941
DESPESAS ANTECIPADAS		7.538	8.673	7.541	8.677
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	119.436	93.044	119.436	93.044
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.182.354</b>	<b>6.817.351</b>	<b>7.297.759</b>	<b>6.513.361</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.977.179	5.853.383	7.047.645	5.839.269
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.1	4.461.615	3.608.792	4.461.615	3.630.946
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	9.2	68.386	29.038	68.386	29.038
Prêmios - retrocessão		68.386	29.038	68.386	29.038
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10	2.435.620	2.205.668	2.506.086	2.169.400
Títulos e créditos a receber		523.145	867.443	523.145	889.416
Títulos de crédito privado		387.600	636.278	387.600	636.278
Outros títulos de crédito		135.545	231.165	135.545	253.138
Créditos tributários e previdenciários		1.296.791	643.640	1.367.257	585.399
Créditos tributários	11.1	165.843	44.726	233.786	44.713
Ativo fiscal diferido	11.1	1.130.948	598.914	1.133.471	540.686
Depósitos judiciais e fiscais	23	615.684	694.585	615.684	694.585
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	12	11.558	9.885	11.558	9.885
INVESTIMENTOS		66.966	837.698	111.645	547.439
Participações societárias	4.1	61.870	832.360	22.323	15.857
Imóveis destinados à renda	13	4.885	5.200	89.112	531.444
Outros investimentos		211	138	210	138
IMOBILIZADO	14	72.505	81.870	72.582	81.952
INTANGÍVEL	15	65.704	44.400	65.887	44.701
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>22.589.941</b>	<b>17.393.668</b>	<b>22.720.962</b>	<b>17.501.251</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Prêmios emitidos líquidos		8.309.558	7.338.051	8.309.558	7.338.051
Variações das provisões técnicas		171.111	(728.032)	171.111	(728.032)
<b>PRÉMIOS GANHOS</b>	<b>25.1</b>	<b>8.480.669</b>	<b>6.610.019</b>	<b>8.480.669</b>	<b>6.610.019</b>
<b>SINISTROS OCORRIDOS</b>	<b>25.2</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>
Sinistros diretos		(7.776.421)	(5.852.926)	(7.776.421)	(5.852.926)
Salvados e ressarcimentos		45.523	887.133	45.523	887.133
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(707.966)	(174.732)	(707.966)	(174.732)
<b>CUSTOS DE AQUISIÇÃO</b>	<b>25.3</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(162.141)</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(162.141)</b>
Comissões		(257.366)	(162.141)	(257.366)	(162.141)
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>25.4</b>	<b>(81.617)</b>	<b>(75.159)</b>	<b>(81.617)</b>	<b>(75.159)</b>
RE resultado com retrocessão		1.268.943	(541.086)	(1.268.943)	(541.086)
Despesas com retrocessões		(2.664.288)	1.793.304	2.664.288	1.793.304
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(3.919.511)	(1.924.425)	(3.919.511)	(1.924.425)
Outras receitas operacionais líquidas		(24.735)	(440.717)	(24.735)	(440.717)
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>25.6</b>	<b>(306.682)</b>	<b>(269.582)</b>	<b>(319.681)</b>	<b>(329.661)</b>
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>25.7</b>	<b>(111.093)</b>	<b>(96.911)</b>	<b>(140.039)</b>	<b>(121.080)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>25.8</b>	<b>(130.483)</b>	<b>325.881</b>	<b>(111.604)</b>	<b>467.760</b>
Receitas Financeiras		411.130	713.683	503.405	888.454
Despesas financeiras		(541.613)	(387.802)	(615.009)	(420.694)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>25.9</b>	<b>134.860</b>	<b>471.010</b>	<b>210.837</b>	<b>476.855</b>
Receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		(315)	(315)	-	-
Ajustes de investimentos em controladas		135.657	458.367	201.450	464.204
Outras receitas (despesas) patrimoniais, líquidas		(482)	12.958	9.387	12.651
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(1.979.519)</b>	<b>1.121.506</b>	<b>(1.926.608)</b>	<b>1.184.982</b>	
<b>GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>	<b>8.574</b>	<b>11</b>	<b>(1.555)</b>	<b>11</b>	
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(1.970.945)</b>	<b>1.121.517</b>	<b>(1.928.163)</b>	<b>1.184.993</b>	
Imposto de renda	25.10	281.183	56.612	249.769	11.339
Contribuição social	25.10	168.499	31.991	157.131	13.788
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>	
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>	<b>1.255.286.531</b>	<b>931.246.200</b>	<b>1.255.286.531</b>	<b>931.246.200</b>	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO</b>	<b>24.4</b>	<b>(1,58)</b>	<b>1,30</b>	<b>(1,58)</b>	<b>1,30</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		2020	2019
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens a serem posteriormente registrados em resultado</b>			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	24.3	(37.648)	(71.047)
Ativos financeiros disponíveis para venda	24.3	-	(1.608)
Perdas originadas de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício		(49.049)	(1.608)
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	24.3	(3.079)	6.584
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>24.3</b>	<b>(19.620)</b>	<b>643</b>
<b>Total</b>		<b>(70.156)</b>	<b>(65.428)</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>			
Benefícios pós-emprego	26.5	(155.812)	(27.893)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		-	4.473
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas		-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>24.3</b>	<b>62.324</b>	<b>11.158</b>
<b>Total</b>		<b>(93.488)</b>	<b>(12.262)</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>		<b>(163.644)</b>	<b>(77.690)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(1.684.907)</b>	<b>1.132.430</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas</b>				
Receita com operação de seguros	8.309.558	7.338.051	8.309.558	7.338.051
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(31.249)	2.463	(31.249)	2.463
Varição das provisões técnicas	171.111	(728.032)	171.111	(728.032)
Outras	(299.159)	(237.549)	(121.561)	(237.549)
<b>Receita líquida operacional</b>	<b>8.150.261</b>	<b>6.374.933</b>	<b>8.327.859</b>	<b>6.374.933</b>
<b>Despesas</b>				
Sinistros	(7.776.421)	(5.852.926)	(7.776.421)	(5.852.926)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(707.966)	(174.732)	(707.966)	(174.732)
Salvados e ressarcimentos	45.523	887.133	45.523	887.133
<b>Total</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais, energia e outros	(22.957)	(49.331)	(23.604)	(49.526)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(59.885)	(40.941)	(62.171)	(43.589)
<b>Total</b>	<b>(82.842)</b>	<b>(90.272)</b>	<b>(85.775)</b>	<b>(93.115)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(371.445)</b>	<b>1.144.136</b>	<b>(196.780)</b>	<b>1.141.293</b>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(44.773)</b>	<b>(42.545)</b>	<b>(44.831)</b>	<b>(45.363)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>(416.218)</b>	<b>1.101.591</b>	<b>(241.611)</b>	<b>1.095.930</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado financeiro	-	325.881	-	467.760
Resultado com retrocessões	(1.268.943)	(541.086)	(1.268.943)	(541.086)
Resultado com equivalência patrimonial	135.657	458.367	-	-
Outras	(3.364)	10.609	20.578	477.611
<b>Total</b>	<b>(1.136.650)</b>	<b>253.771</b>	<b>(1.248.365)</b>	<b>404.285</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(1.552.868)</b>	<b>1.355.362</b>	<b>(1.489.976)</b>	<b>1.500.215</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal	176.501	136.934	186.544	194.142
Impostos, taxas e contribuições	(338.589)	8.308	(266.861)	95.953
Resultado financeiro	130.483	-	111.604	-
Juros sobre capital próprio	-	226.222	-	226.222
Lucros retidos (prejuízos absorvidos) do exercício	(1.521.263)	983.898	(1.521.263)	983.898
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(1.552.868)</b>	<b>1.355.362</b>	<b>(1.489.976)</b>	<b>1.500.215</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
	Capital social autorizado	Aumento de Capital em aprovação	Reservas de Capital	Reserva especial dividendo mínimo obrigatório				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>1.953.080</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>								
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	5.619	-	5.619
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(71.047)	-	(71.047)
Ganhos atuariais em benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	(12.262)	-	(12.262)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.210.120	-	1.210.120
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						<b>(77.690)</b>		<b>1.132.430</b>
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>								
Dividendo adicional pago do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	(578.928)	(578.928)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	369.132	-	369.132
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	60.506	-	-	60.506
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	1.058.589	-	1.058.589
Constituição de reserva de lucros estatutária	-	-	-	-	-	91.025	-	91.025
Constituição de reserva legal de dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos patrimoniais outorgados	-	-	759	-	-	-	-	

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Seção A – Informações gerais

#### 1.1. Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires e Londres. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Conforme descrito na nota explicativa 1.2.2, em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de apuração de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Considerando os indícios de irregularidades como resultado do andamento dessa apuração, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, bem como os trimestres findos em 2019. Como consequência, a Administração concluiu, em junho de 2020, que estas demonstrações contábeis e informações trimestrais continham erros materiais. Desta forma, a Companhia discutiu esta conclusão com os seus auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e reapresentou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2021.

#### 1.2. Informações complementares

##### 1.2.1. Impactos causados pelo novo coronavírus ("COVID-19")

Como resultado do surto global de uma nova cepa de coronavírus, ou COVID-19, surgiram incertezas econômicas que continuam a ter um impacto adverso nas condições econômicas e de mercado globais, incluindo o Brasil. Em particular e no interesse da saúde e segurança pública, os governos estaduais e municipais no Brasil exigiram o fechamento obrigatório de comércio, indústrias e operações não essenciais ("lockdown").

Em resposta ao surto, a Companhia implementou várias medidas destinadas a proteger a saúde de seus funcionários e a estabilidade de suas operações, incluindo: a implementação de uma política de trabalho em casa e várias medidas a prevenir as relacionadas, suporte remoto ao cliente por nossa equipe Além disso, em março de 2020, o IRB Brasil RE formou um comitê para se antecipar aos próximos estágios da crise e desenvolver um plano estratégico de ações, visando estar preparado para enfrentar os potenciais impactos trazidos pela pandemia.

Com o intuito de apoiar os estudos sobre a eficácia de medicamentos no tratamento do COVID-19, a Companhia realizou doação para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), líder da campanha "Unidos contra a COVID-19".

Como produto do Comitê, a Companhia lançou em maio de 2020 uma ferramenta exclusiva que analisa riscos de pandemia e permite que as seguradoras analisem e estimem tecnicamente possíveis perdas com sinistros relacionados ao COVID-19.

Os principais impactos nas operações da Companhia decorrentes dos efeitos da pandemia na economia brasileira e mundial estão relacionados ao incremento das despesas financeiras, em decorrência da desvalorização do real frente às principais moedas para contratos.

A extensão do impacto do COVID-19 no desempenho operacional e financeiro ainda dependerá de desenvolvimentos futuros, incluindo a duração e a propagação do surto e seu impacto sobre os clientes da Companhia, e, portanto, não pode ser prevista. Se a pandemia ou a desaceleração econômica resultante continuarem a piorar, poderá ser experimentado pela Companhia mais sinistros ou níveis mais altos de provisões técnicas, o que poderia ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e fluxos de caixa. A análise dos impactos esperados nos ramos de negócio da Companhia estão descritos com mais detalhes na Nota explicativa 29.1. A Administração continuará monitorando ativamente a situação e pode tomar outras ações que alterem suas operações comerciais, conforme exigido pelas autoridades federais, estaduais ou municipais, ou que determine que sejam do melhor interesse de seus funcionários, clientes e acionistas.

##### 1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE determinou a instalação de procedimento de apuração de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020 foi concluída a investigação independente realizada pela KPMG Assessores Ltda. e Felsberg Advogados sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. Esta investigação identificou os responsáveis pela disseminação de informação inverídica acerca da base acionária da Companhia - notadamente no tocante a Berkshire Hathaway -, os quais praticaram estes atos irregulares, em caráter individual, fora de seus mandatos e de seus poderes regulares de gestão. Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Brasil RE e suas controladas.

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração em 2.850.000 ações.

A Companhia apresentou as conclusões de todas as apurações acima indicadas ao Ministério Público Federal, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia irá colaborar com as investigações que vierem a ser conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, informações e documentos que se fizerem necessários. Do mesmo modo, a Companhia tomará as devidas providências legais a fim de se ressarcir de todos os prejuízos que lhe foram causados por condutas irregulares cometidas pelos indivíduos envolvidos.

Todas essas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração e os responsáveis primários já identificados por todas estas irregularidades apuradas não integram mais os quadros da Companhia.

##### 1.2.3. Levantamento interno sobre informações contábeis

Considerando os indícios de disseminação de informações inverídicas mencionadas acima, a Administração da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, adotou procedimentos adicionais de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de consultoria forense, para verificar a existência de manipulações de informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e períodos trimestrais anteriores. Os trabalhos foram substancialmente concluídos em 26 de junho de 2020 e como resultado, as seguintes principais ações foram ou estão sendo adotadas:

- Governança Corporativa: revisão do Estatuto Social, com objetivo de avançar às melhores práticas; ampliação no número de conselheiros independentes e eliminação de suplências; ampliação do número de diretores estatutários e melhor especificação das respectivas responsabilidades; revisão dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração e de seus regulamentos, prevendo a participação de especialistas externos.
- Pessoas: substituição dos executivos que exerciam funções-chave, incluindo diretoria executiva e estatutária; afastamento de funcionários; análise da estrutura funcional da Companhia; redefinição de política de bônus e demais benefícios vinculados à performance individual dos funcionários e executivos, com maior ênfase a meritocracia e às atribuições específicas de cada função.
- Controles internos: (i) levantamento de processos internos, para identificar e corrigir eventuais vulnerabilidades dos controles internos que teriam permitido a ocorrência de manipulações; (ii) análise e redefinição, quando aplicável, das políticas contábeis e atuariais internas que requerem julgamentos críticos, notadamente relacionados às reservas técnicas; (iii) levantamento de políticas e procedimentos de tecnologia de informação, notadamente em relação a revisão de controles de acesso e segregação de funções; (iv) correção das vulnerabilidades dos canais de denúncias;
- Demonstrações contábeis: reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e informações trimestrais de 2019.

Parte das ações acima descritas estão em curso e serão concluídas até o primeiro semestre de 2021. A Companhia continuará atuando na prevenção de fraudes e manipulações, mediante a adoção de uma política rígida de ética e conduta a ser disseminada entre funcionários, clientes e parceiros. O IRB RE é uma instituição antiga, sólida, tradicional, com elevados níveis de solvência e performance operacional consistente e manterá o compromisso de atuar com responsabilidade e integridade perante aos seus clientes, acionistas e mercado.

##### 1.2.4. Fiscalização especial SUSEP

De acordo com Fato Relevante divulgado ao mercado no dia 11 de maio de 2020, a Companhia foi oficiada pela SUSEP, informando da decisão de instauração de Fiscalização Especial, nos termos do artigo 89 do Decreto Lei nº 73/66 ("Decisão"), em razão de apresentar insuficiência na composição dos ativos garantidores de Provisões Técnicas e consequentemente da liquidez regulatória. A Decisão poderá ser revertida, a critério da SUSEP, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2020 a cobertura das Provisões Técnicas está adequada às normas vigentes (anexo 1).

A Companhia está cumprindo todas as formalidades necessárias e atendendo todas as requisições do órgão regulador.

Resalta-se que os recursos oriundos do aumento de capital (nota 1.2.6) e emissão de debêntures (nota 1.2.10) contribuíram para o reequilíbrio de liquidez regulatória da Companhia aos critérios definidos pela SUSEP, para os fins previstos na Resolução CNSP 321/2015, que dispõe sobre "a cobertura" das Provisões Técnicas e da Margem Adicional de Liquidez Regulatória (anexo 1).

##### 1.2.5. Reforma Estatutária

Em 23 de junho de 2020, a Companhia divulgou comunicado ao mercado sobre as seguintes reformas do seu estatuto social conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária:

- Possibilidade de o Conselho de Administração deliberar sobre aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, possibilitando à Companhia adotar, com maior flexibilidade e rapidez, medidas relativas à sua capitalização;
- Maior flexibilidade na composição da Diretoria Executiva, que poderá ter entre quatro e sete Diretores Estatutários, o que permite seu dimensionamento conforme as necessidades da Companhia e a aplicação dos princípios de governança corporativa. A nova configuração da Diretoria Executiva inclui, além das posições já existentes, um Diretor Vice-presidente Executivo de Resseguros e até três Diretores Estatutários sem designação específica;
- Criação da Reserva de Lucros Estatutária. As finalidades da presente reserva, a ser formada com até 100% do lucro líquido remanescente da Companhia após as destinações obrigatórias para a reserva legal e o pagamento do dividendo obrigatório, são: (i) assegurar que a Companhia cumpra os requisitos regulatórios relacionados à manutenção da margem de solvência regulatória e demais requisitos de capital e liquidez; (ii) garantir recursos para que a Companhia suporte despesas operacionais e realize investimentos; e (iii) permitir à Companhia manter um fluxo de distribuição de proventos regular e constante aos seus acionistas, sujeito à situação financeira da Companhia.

##### 1.2.6. Aumento de capital privado

Em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2.300.000, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias. O valor adicional de R\$ 1.006, obtido com a venda das sobras de ações não subscritas, foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações. Os gastos com emissão de ações, líquido de impostos, totalizaram R\$ 33.556 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A Companhia aguarda homologação do Aumento de Capital Privado descrito acima, junto ao órgão regulador - SUSEP conforme determina a Circular SUSEP nº 529 de 25 de fevereiro de 2016.

##### 1.2.7. 26ª Assembleia geral ordinária

Em 31 de julho de 2020 ocorreu a 26ª Assembleia Geral Ordinária que aprovou, nos termos do artigo 49 do Estatuto Social da Companhia o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e dividendos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Foram aprovadas, também, as demonstrações contábeis reapresentadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, foi aprovada a autorização para que a Companhia proponha ação de responsabilidade, na forma do Art. 159 da Lei das Sociedades por Ações, contra os ex-administradores, pelos atos e respectivos danos causados à Companhia.

##### 1.2.8. Representação criminal

Em 17 de agosto de 2020 a Companhia informou ao mercado que apresentou representação criminal ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro acerca das irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, inclusive aquelas divulgadas, em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, que levaram ao refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.

##### 1.2.9. Garantias não vinculadas às provisões técnicas (Aplicações restritas - conta corrente remunerada)

A Companhia realiza operações de resseguro e retrocessão no exterior e por exigências regulatórias do mercado internacional necessita oferecer determinados instrumentos financeiros ou depósitos antecipados em garantia das operações junto as cedentes.

Por esta razão, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 725.459 em conta corrente remunerada (nota 6), oferecido em garantia a instituições financeiras internacionais referente às cartas de crédito emitidas para cumprir com as obrigações regulatórias supracitadas, principalmente no mercado americano e canadense.

Devido à atipicidade deste assunto no Brasil, as normas emitidas pelo órgão regulador brasileiro - SUSEP não permitem que estes recursos, depositados em conta corrente remunerada, ainda que de propriedade da Companhia, sejam considerados como ativos garantidores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas.

A Companhia tem envidado esforços na construção de novos produtos financeiros junto a alguns bancos internacionais, para que o modelo operacional seja possível e atenda aos seguintes requisitos: (a) Que as garantias disponibilizadas estejam em conformidade com as boas práticas do mercado ressegurador internacional; e (b) Que os ativos utilizados como garantia possam ser considerados redutores de reservas técnicas no mercado local.

##### 1.2.10 Emissão de debêntures

As duas primeiras emissões de debêntures da Companhia foram realizadas nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, sendo a 1ª emissão dividida em duas séries e a 2ª emissão em série única. A agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings ("S&P") atribuiu o rating "brAAA" para estas Emissões.

Destaca-se que essas foram as primeiras emissões de debêntures do IRB Brasil RE, a qual foi realizada em meio a um cenário de pandemia e de condições desfavoráveis de mercado, e possibilitou, entretanto, que a Companhia alcançasse uma captação relevante no montante de R\$ 826.632.

Os recursos captados por meio das emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reequilíbrio da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 321/2015 e na Resolução CMN nº 4.444/15 e/ou outras normas aplicáveis, a respeito de apresentação de ativos garantidores vinculados, adequados à legislação em vigor, suficientes para a cobertura de suas provisões técnicas e da Margem Adicional de Liquidez Regulatória ("Reequilíbrio da Companhia"), bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Os detalhes e características de cada emissão estão apresentados na nota 17.

##### 1.3. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações apresentadas no anexo 1 dessas demonstrações contábeis são requeridas pela SUSEP conforme estabelecido na Circular nº 517/2015 e alterações subsequentes, mas não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Portanto, as mesmas estão sendo apresentadas como informações que a Companhia entenda relevantes.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

A Companhia possui sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

O IRB Brasil RE possui sucursal em Londres com o objetivo de administrar o runoff de carteiras em que outora a empresa operava. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 04 de janeiro de 2021, a Companhia contratou consultoria externa especializada em consultoria estratégica para revisão de suas estratégias incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres (nota 11.1).

##### (a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, as referidas políticas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

##### (b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. Os IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

##### 1.3.1. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma Asset Management.

A Companhia aportou capital no IRB Asset Management (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária. Após os procedimentos próprios perante a ANBIMA, e preparação para entrada em operação, a IRB Asset Management passou a fazer a gestão dos fundos de investimento exclusivos próprios sob gestão da própria controladora.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	2020	
	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Asset Management
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Ativo.....	146.730	12.290
Passivo.....	116.588	2.884
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	30.142	9.406
Lucro líquido do exercício.....	74.391 (a)	61.266

	2019	
	IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.	IRB Asset Management
Percentual de participação no capital social.....	100,0%	100,0%
Ativo.....	952.272	26.563
Passivo.....	160.742	1.589
Patrimônio líquido no fim do exercício.....	791.530	24.974
Lucro líquido do exercício.....	437.366 (a)	20.999

A Companhia, por meio de sua controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias, realizou a venda de suas participações em shopping centers em 2019 e 2020. A composição do resultado da controlada pode ser observada abaixo (a), junto com o detalhamento do ganho de capital (b) obtido com a respectiva venda destas participações.

Cumprir destacar que a IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. é uma empresa constituída com a finalidade de compra, venda e desenvolvimento de ativos imobiliários.

(a) Abertura do resultado da IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.:

	2020	2019
Ganho de capital líquido - vendas dos Shopping Centers e Imóveis comerciais (b).....	117.928	386.390 (i)
Receita de Aluguel.....	864	50.611 (i)
Resultado financeiro.....	(60.517) (ii)	110.969
Impostos e Contribuições.....	26.720	(45.951)
Despesas Administrativas.....	(8.334)	(56.998)
Outras despesas operacionais.....	(2.270)	(7.655) (i)
<b>Resultado no fim do exercício.....</b>	<b>74.391</b>	<b>437.366</b>

(i) Os respectivos valores fazem parte do saldo da linha de receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas na Demonstração do resultado.

(ii) Refere-se principalmente a alienação de 94% das cotas do IRB International Fundo de Investimento Imobiliário.

(b) O ganho de capital com a venda dos shopping centers e imóveis comerciais está detalhado abaixo:

	Receita	Custos	Impostos (IR/CS)	Contribuições (PIS/COFINS)	Ganho de capital
Park Shopping (*).....	243.000	(48.634)	(66.084)	(17.979)	110.303
Salas comerciais (**).....	9.575	(769)	(295)	(886)	7.625
<b>Total ganho de capital líquido.....</b>	<b>252.575</b>	<b>(49.403)</b>	<b>(66.379)</b>	<b>(18.865)</b>	<b>117.928</b>

(\*) Park Shopping e Park Shopping Corporate;

(\*\*) A IRB Investimentos e Participações Imobiliárias assim como sua controladora detinha dois andares do Edifício Kyoei;

	Receita	Custos	Impostos (IR/CS)	Contribuições (PIS/COFINS)	Ganho de capital
Minas Shopping - Belo Horizonte.....	137.100	(24.177)	(4.223)	(5.004)	103.696
Espanada - Sorocaba.....	85.500	(16.436)	(2.633)	(3.121)	63.310
Praia de Belas - Porto Alegre.....	174.600	(25.812)	(5.378)	(6.373)	137.037
Shopping Barra - Salvador.....	116.000	(25.676)	(3.573)	(4.234)	82.517
Imóvel comercial.....	9.400	(8.937)	(290)	(343)	(170)
<b>Total ganho de capital líquido.....</b>	<b>522.600</b>	<b>(101.038)</b>	<b>(16.097)</b>	<b>(19.075)</b>	<b>386.390</b>

Em 2020 foi recebido pela controlada o montante de R\$ 877.484 referente a vendas dos shopping centers, imóveis e fundo imobiliário (R\$ 201.780 mil em 2019), demonstrando nas Demonstrações dos fluxos de caixa, compo a linha de Recebimentos operacionais das controladas.

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Fundo de Investimento em Ações (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário - FI (gestão feita pela IRB Asset Management)
- IRB London Fundo de Investimento Multimercado (gestão feita pela IRB Asset Management)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e o IRB Asset Management.

### Seção B – Riscos

#### 2. Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Considerando a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, a Companhia mantém uma Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em dezembro de 2020, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, o rating A- em uma escala de classificação de risco de crédito global.

Conforme divulgado ao mercado, a Companhia realizou em setembro e novembro de 2020 a 1ª e a 2ª emissão, respectivamente, de debêntures simples, não conversíveis em ações. A agência de classificação de riscos Standard&Poor's Global Ratings ("S&P") atribuiu o rating "brAAA" para estas operações.

##### 2.1. Modelo de três linhas

O IRB Brasil RE adota o modelo das três linhas em sua estrutura de Gestão de Riscos como forma de conferir maior robustez à Governança Corporativa. Este modelo ajuda a Companhia a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos, de forma a garantir os interesses priorizados pelos stakeholders, bem como as exigências legais, regulatórias e éticas.

A primeira linha é representada pelas áreas operacionais aos quais os gestores são responsáveis diretos pela entrega dos serviços aos clientes da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos de seus processos.

A segunda linha é composta pelas unidades organizacionais de Riscos Corporativos e Compliance, que dão assistência ao gerenciamento de riscos e têm o papel de orientar, monitorar e avaliar continuamente os processos, riscos e controles da primeira linha.

A terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem o papel de avaliar de forma independente a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Além disso, é importante ressaltar que as três linhas operam de forma simultânea e integrada, por meio da comunicação, cooperação e colaboração, estabelecendo subsídios adequados à transparência na tomada de decisão baseada em riscos.

##### 2.2. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetar a:

##### 2.2.1. Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: (i) identificação, (ii) análise e mensuração, (iii) tratamento, (iv) monitoramento e (v) reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras da Companhia. Conforme descrito na nota 1.2.3, a Companhia está revisando e aperfeiçoando seus processos internos para eliminar as vulnerabilidades identificadas.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em cinco planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Gestão de Crises, Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional e Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

##### 2.2.2. Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariam as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

continuação

Prêmio Ganho Acumulado	2020						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Prêmio ganho no ano	329.465	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866	2.348.288
Um ano depois	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245	4.347.200	
Dois anos depois	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729	5.321.700		
Três anos depois	2.488.187	2.986.376	4.347.699	3.670.578			
Quatro anos depois	2.512.890	2.987.319	4.334.251				
Cinco anos depois	2.522.818	2.983.328					
Seis anos depois	2.522.617						
<b>Prêmio ganho acumulado (f)*</b>	<b>2.522.617</b>	<b>2.983.328</b>	<b>4.334.251</b>	<b>3.670.578</b>	<b>5.321.700</b>	<b>4.347.200</b>	<b>2.348.288</b>
Prêmio ganho em 2020 (**)	(201)	(3.991)	(13.448)	(90.151)	790.455	2.478.334	2.348.288
Prêmio ganho demais componentes (**)							5.509.286
<b>Total de prêmio ganho incluso no balanço</b>							<b>5.635.884 (b)</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2019						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Prêmio ganho no ano	329.465	890.871	1.017.172	1.219.507	1.799.128	1.868.866	
Um ano depois	2.047.290	2.638.664	3.209.335	3.217.313	4.531.245		
Dois anos depois	2.411.088	2.924.329	4.068.349	3.760.729			
Três anos depois	2.488.187	2.986.376	4.347.698				
Quatro anos depois	2.512.890	2.987.319					
Cinco anos depois	2.522.819						
<b>Prêmio ganho acumulado (f)*</b>	<b>2.522.819</b>	<b>2.987.319</b>	<b>4.347.698</b>	<b>3.760.729</b>	<b>4.531.245</b>	<b>1.868.866</b>	
Prêmio ganho em 2019 (**)	9.929	943	279.349	543.416	2.732.117	1.868.866	5.434.620
Prêmio ganho demais componentes (**)							187.381
<b>Total de prêmio ganho incluso no balanço</b>							<b>5.622.001 (b)</b>

(\*) Prêmio ganho utilizado no cálculo da sinistralidade, ao final do triângulo de sinistros.  
(\*\*) Prêmio ganho anterior a 2014, sucursal Argentina e RVNE.  
(\*\*\*) Prêmio Ganho em 2020 para *underwriting year* anteriores contempla as respectivas cessões de prêmios nos *Loss Portfolio Transfer*:  
(\*) Conciliação com a nota 3.3 (Demonstrações de resultados – Conciliação) linhas Prêmio emitido bruto (a), Variação das provisões técnicas – prêmios (c), Prêmios cedidos em retrocessão (b) e Variação das provisões técnicas – prêmio cedido (c).  
**Sinistros Incorridos**  
• **Bruto de retrocessão**

Prêmio Ganho Acumulado	2020						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	656.259
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583	3.342.453	
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785	6.197.022		
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719	4.192.023			
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059	4.550.085				
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2019						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2020						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2019						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2020						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2019						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>
IBNER (c)	2.449	3.235	2.659	3.186	5.518	35.566	51.809
IBNR (d)	29.594	29.019	31.093	93.957	242.592	1.157.907	1.506.112
Passivo em relação a anos anteriores a 2014 (e) (**)							2.075.565
<b>Total do passivo incluso no balanço (b)+(c)+(d)+(e)</b>							<b>9.758.455</b>
<b>Sinistralidade (a+c+d)/(f)*</b>	<b>58%</b>	<b>69%</b>	<b>74%</b>	<b>84%</b>	<b>90%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>

Prêmio Ganho Acumulado	2020						
	Controladora e Consolidado						Total
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Sinistros incorridos no Ano	293.187	656.095	330.900	346.916	148.897	610.364	
Um ano depois	1.331.605	2.184.610	2.118.255	1.995.763	3.395.583		
Dois anos depois	1.709.391	2.588.521	3.406.882	3.505.785			
Três anos depois	1.775.186	2.811.394	4.084.719				
Quatro anos depois	1.876.455	2.832.059					
Cinco anos depois	1.924.784	2.957.434					
Seis anos depois	2.019.916						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a)	2.019.916	2.957.434	4.550.085	4.192.023	6.197.022	3.342.453	656.259
Estimativa corrente dos sinistros acumulados (a) - Pagamentos acumulados até a data base	(1.866.613)	(2.802.321)	(3.980.213)	(3.520.052)	(4.895.890)	(2.237.038)	(124.871)
<b>Passivo reconhecido no balanço em 31 de dezembro de 2020 (b)</b>	<b>153.303</b>	<b>155.112</b>	<b>569.871</b>	<b>671.971</b>	<b>1.301.131</b>	<b>1.105.415</b>	<b>531.388</b>

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do exercício das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse período para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do IFRS 9/CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

## Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício

	Consolidado	
	Valor justo em 2020	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2019 e 2020
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....	<b>14.242.043</b>	<b>15.516</b>
Caixa e equivalente de caixa.....	14.563	-
Créditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	5.829.472	(31.249)
Títulos de Créditos a receber.....	912.271	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.659.923	35.695
Notas do Tesouro Nacional.....	1.043.902	(4.692)
Operações compromissadas.....	335.037	-
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	1.271.390	7.718
Certificados de depósitos bancários.....	35.132	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	26.148	274
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	86.822	-
Aplicações no Exterior.....	-	-
<i>American Deposits Receipt</i> .....	7.587	7.770
Depósito a prazo fixo no exterior.....	1.019.796	-
<b>Outros Ativos Financeiros</b> .....	<b>828.218</b>	<b>4.272</b>
Quotas de Fundos de Investimento.....	-	-
Quotas Fundos Não Excludivos.....	46.275	3.081
Contratos índices.....	8.356	-
Outros.....	40	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Debêntures.....	47.979	1.191
Derivativo.....	109	-
Aplicações restritas - conta corrente remunerada.....	725.459	-
<b>Total</b> .....	<b>15.070.261</b>	<b>19.788</b>

## Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício anterior

	Consolidado	
	Valor justo em 2019	Variação do valor justo entre 31 de dezembro de 2018 e 2019
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....	<b>11.242.936</b>	<b>27.527</b>
Caixa e equivalente de caixa.....	35.864	-
Créditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	5.605.638	24.298
Títulos de Créditos a receber.....	1.308.808	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.067.744	526
Notas do Tesouro Nacional.....	625.672	12.730
Operações compromissadas.....	404.845	-
Títulos da Dívida Soberana.....	985.008	(9.249)
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	47.540	85
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	42.101	0
Aplicações no Exterior.....	-	-
<i>American Deposits Receipt</i> .....	8.352	(863)
Depósito a prazo fixo no exterior.....	111.364	-
<b>Outros Ativos Financeiros</b> .....	<b>196.928</b>	<b>5.255</b>
Quotas de Fundos de Investimento.....	-	-
Quotas Fundos de Renda Fixa.....	47.478	-
Contratos índices.....	31.555	-
Quotas Fundos Não Excludivos.....	13.727	-
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Debêntures.....	62.792	320
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários.....	-	-
Fundos Imobiliários Excludivos.....	41.376	4.935
<b>Total</b> .....	<b>11.439.864</b>	<b>32.782</b>

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

## Classificação do grau de risco de crédito

	Consolidado	
	Risco de crédito	Valor contábil em 2020
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....		14.563
Caixa e equivalente de caixa.....	baixo	-
Créditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	moderado	5.829.472
Títulos de Créditos a receber.....	baixo	912.271
Letras Financeiras do Tesouro.....	baixo	3.659.923
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo	1.043.902
Operações Compromissadas.....	baixo	335.037
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	baixo	1.271.390
Certificados de depósitos bancários.....	baixo	35.132
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	baixo	26.148
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	baixo	86.822
Aplicações no Exterior.....	-	-
Depósito a prazo fixo no exterior.....	baixo	1.019.796
<i>American Deposits Receipt</i> .....	baixo	7.587
<b>Outros Ativos Financeiros</b> .....		828.218
Quotas Fundos Não Excludivos.....	baixo	46.275
Contratos índices.....	baixo	8.356
Debêntures.....	baixo	47.979
Aplicações restritas - conta corrente remunerada.....	baixo	725.459
Outros.....	baixo	40
<b>Total</b> .....		<b>15.070.261</b>

	Consolidado	
	Risco de crédito	Valor contábil em 2019
<b>Ativos financeiros - SPPIs</b> .....		35.864
Caixa e equivalente de caixa.....	baixo	-
Créditos das Operações.....	-	-
Seguradoras e Resseguradoras.....	moderado	5.426.224
Títulos de Créditos a receber.....	baixo	1.308.808
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	baixo	2.067.744
Notas do Tesouro Nacional.....	baixo	625.672
Operações Compromissadas.....	baixo	404.845
Títulos Soberanos.....	baixo	985.008
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	-	-
Letras Financeiras.....	baixo	47.540
Títulos de Renda Variável.....	-	-
Ações de empresas nacionais.....	baixo	42.101
Aplicações no Exterior.....	-	-
Depósito a prazo fixo no exterior.....	baixo	111.364
<i>American Deposits Receipt</i> .....	baixo	8.352
Quotas de Fundos de Investimento.....	-	-
Quotas Fundos Não Excludivos.....	baixo	92.760
Debêntures.....	baixo	62.792
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários.....	-	-
Fundos Imobiliários Excludivos.....	baixo	41.376
<b>Total</b> .....		<b>11.439.864</b>

## 2.4.1. Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cálculo da marcação, tanto a mercado quanto na curva.

Na "marcação na curva" é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cálculo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma "pró-rata temporis", ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento.

Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cálculo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos os vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

## Seção C - Informações por segmento

### 3. Informações por segmento de negócios

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

### 3.1. Demonstrações de resultados - Visão por segmento de negócio

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Prêmios de resseguros</b> .....	<b>9.596.106</b>	<b>8.515.467</b>	<b>9.596.106</b>	<b>8.515.467</b>
Prêmios de resseguros - país.....	4.874.234	4.826.104	4.874.234	4.826.104
Prêmios de resseguros - exterior.....	4.721.872	3.689.363	4.721.872	3.689.363
<b>Prêmios cedidos em retrocessão</b> .....	<b>(4.219.507)</b>	<b>(2.225.576)</b>	<b>(4.219.507)</b>	<b>(2.225.576)</b>
Prêmios cedidos em retrocessão - país.....	(3.301.267)	(1.976.344)	(3.301.267)	(1.976.344)
Prêmios cedidos em retrocessão - exterior.....	(918.240)	(249.232)	(918.240)	(249.232)
<b>Prêmios retidos</b> .....	<b>5.376.599</b>	<b>6.289.891</b>	<b>5.376.599</b>	<b>6.289.891</b>
Prêmios retidos - país.....	1.572.967	2.849.760	1.572.967	2.849.760
Prêmios retidos - exterior.....	3.803.632	3.440.131	3.803.632	3.440.131
<b>Variações das provisões técnicas</b> .....	<b>306.977</b>	<b>(638.262)</b>	<b>306.977</b>	<b>(638.262)</b>
Variações das provisões técnicas - país.....	310.793	(302.768)	310.793	(302.768)
Variações das provisões técnicas - exterior.....	(3.816)	(335.494)	(3.816)	(335.494)
<b>Prêmios ganhos</b> .....	<b>5.683.576</b>	<b>5.651.629</b>	<b>5.683.576</b>	<b>5.651.629</b>
Prêmios ganhos - país.....	1.883.760	2.546.992	1.883.760	2.546.992
Prêmios ganhos - exterior.....	3.799.816	3.104.637	3.799.816	3.104.637
<b>Sinistros retidos</b> .....	<b>(5.812.355)</b>	<b>(3.750.701)</b>	<b>(5.812.355)</b>	<b>(3.750.701)</b>
Sinistros retidos - país.....	(1.639.142)	(1.639.142)	(1.639.142)	(1.639.142)
Sinistros retidos - exterior.....	(4.173.213)	(2.595.215)	(4.173.213)	(2.595.215)
<b>Custo de aquisição</b> .....	<b>(1.374.402)</b>	<b>(1.126.538)</b>	<b>(1.374.402)</b>	<b>(1.126.538)</b>
Custo de aquisição - país.....	(631.112)	(620.703)	(631.112)	(620.703)
Custo de aquisição - exterior.....	(743.290)	(505.835)	(743.290)	(505.835)
<b>Outras despesas operacionais</b> .....	<b>(74.004)</b>	<b>(67.307)</b>	<b>(74.004)</b>	<b>(67.307)</b>
Outras despesas operacionais - país.....	11.961	(45.885)	11.961	(45.885)
Outras despesas operacionais - exterior.....	(85.965)	(21.422)	(85.965)	(21.422)
<b>Resultado de underwriting</b> .....	<b>(1.577.185)</b>	<b>707.083</b>	<b>(1.577.185)</b>	<b>707.083</b>
Resultado de underwriting - país.....	(374.533)	724.918	(374.533)	724.918
Resultado de underwriting - exterior.....	(1.202.652)	(17.835)	(1.202.652)	(17.835)
Despesas administrativas.....	(300.870)	(244.528)	(313.025)	(304.766)
Despesas com tributos.....	(89.713)	(75.050)	(118.483)	(99.090)
Resultado financeiro e patrimonial.....	40.280	788.289	125.177	936.172
Resultado financeiro.....	31.767	788.604	(85.101)	471.968
Resultado patrimonial.....	8.513	(315)	210.278	464.204
<b>Resultado antes dos impostos</b> .....	<b>(1.927.488)</b>	<b>1.175.794</b>	<b>(1.883.516)</b>	<b>1.239.399</b>
Imposto, contribuições e participações nos lucros.....	406.225	34.326	362.253	(29.279)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b> .....	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>

## 3.2. Demonstrações de resultados - Visão negócio

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Prêmios Emitidos</b> .....	<b>9.596.106</b>	<b>8.515.467</b>	<b>9.596.106</b>	<b>8.515.467</b>
Prêmios de resseguros país (a).....	4.874.234	4.826.104	4.874.234	4.826.104
Prêmios de resseguros exterior (a).....	4.721.872	3.689.363	4.721.872	3.689.363
Prêmios cedidos em retrocessão (b).....	(4.219.507)	(2.225.576)	(4.219.507)	(2.225.576)
<b>Prêmios retidos</b> .....	<b>5.376.599</b>	<b>6.289.891</b>	<b>5.376.599</b>	<b>6.289.891</b>
Variações das provisões técnicas (c).....	306.977	(638.262)	306.977	(638.262)
<b>Prêmios ganhos</b> .....	<b>5.683.576</b>	<b>5.651.629</b>	<b>5.683.576</b>	<b>5.651.629</b>
Sinistros retidos (d).....	(5.812.355)	(3.750.701)	(5.812.355)	(3.750.701)
PSL.....	(5.352.773)	(3.992.146)	(5.352.773)	(3.992.146)
IBNR.....	(338.089)	(126.772)	(338.089)	(126.772)
Outros.....	(121.493)	368.217	(121.493)	368.217
Custo de aquisição (e).....	(1.374.402)	(1.126.538)	(1.374.402)	(1.126.538)
Outras despesas operacionais (f).....	(74.004)	(67.307)	(74.004)	(67.307)
<b>Resultado de underwriting</b> .....	<b>(1.577.185)</b>	<b>707.083</b>	<b>(1.577.185)</b>	<b>707.083</b>
Despesas administrativas (g).....	(300.870)	(244.528)	(313.025)	(304.766)
Despesas com tributos (j).....	(89.713)	(75.050)	(118.483)	(99.090)
Resultado financeiro e patrimonial (h).....	40.280	788.289	125.177	936.172
Resultado financeiro.....	31.767	788.604	(85.101)	471.968
Resultado patrimonial.....	8.513	(315)	210.278	464.204
<b>Resultado antes dos impostos</b> .....	<b>(1.927.488)</b>	<b>1.175.794</b>	<b>(1.883.516)</b>	<b>1.239.399</b>
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i).....	406.225	34.326	362.253	(29.279)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b> .....	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>

## 3.3. Demonstrações de resultados - Conciliação

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados acima, nas demonstrações do resultado contábil e visão de negócio (3.2):

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Prêmios de resseguros líquidos</b> .....	<b>8.309.558</b>	<b>7.338.051</b>	<b>8.309.558</b>	<b>7.338.051</b>
Prêmio emitido bruto (a).....	9.593.204	8.514.094	9.593.204	8.514.094
Comissão de resseguros (e).....	(1.283.646)	(1.176.043)	(1.283.646)	(1.176.043)
<b>Varição das provisões técnicas</b> .....	<b>171.111</b>	<b>(728.032)</b>	<b>171.111</b>	<b>(728.032)</b>
Varição das provisões técnicas - prêmios (c).....	139.777	(860.747)	139.777	(860.747)
Varição das provisões técnicas - comissão (e).....	(14.975)	105.467	(14.975)	105.467
Varição das provisões técnicas - outras provisões (c).....	46.309	27.248	46.309	27.248
<b>Prêmios ganhos</b> .....	<b>8.480.669</b>	<b>6.610.019</b>	<b>8.480.669</b>	<b>6.610.019</b>
<b>Sinistros ocorridos (d)</b> .....	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(5.140.525)</b>
<b>Custo de aquisição (e)</b> .....	<b>(257.366)</b>	<b>(162.141)</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(162.141)</b>
<b>Resultado com retrocessão</b> .....	<b>(1.268.943)</b>	<b>(541.086)</b>	<b>(1.268.943)</b>	<b>(541.086)</b>
Recuperação de sinistros ocorridos (d).....	2.294.653	1.686.534	2.294.653	1.686.534
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d).....	(24.735)	(440.717)	(24.735)	(440.717)
Recuperação de IBNR (d).....	369.635	118.727	369.635	118.727
Prêmios cedidos em retrocessão (b).....	(4.218.592)	(2.225.218)	(4.218.592)	(2.225.218)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e).....	176.937	112.191	176.937	112.191
Varição das provisões técnicas - prêmio cedido (c).....	121.495	193.872	121.495	193.872
Varição das provisões técnicas - comissão cedida (e).....	1.253	(6.635)	1.253	(6.635)
Varição das provisões técnicas - outras provisões (c).....	(604)	1.365	(604)	1.365
Demais resultados com retrocessão (f).....	7.613	18.152	7.613	18.152
Outros resultados custo de aquisição (e).....	3.402	643	3.402	643
<b>Resultado bruto</b> .....	<b>(1.484.504)</b>	<b>766.267</b>	<b>(1.484.504)</b>	<b>766.267</b>
<b>Outras despesas operacionais</b> .....	<b>(81.617)</b>	<b>(75.159)</b>	<b>(81.617)</b>	<b>(75.159)</b>
Outras receitas e despesas operacionais (f).....	(81.617)	(66.924)	(81.617)	(66.924)
Demais resultados financeiros (h).....	-	(8.235)	-	(8.235)
<b>Despesas administrativas</b> .....	<b>(306.682)</b>	<b>(269.582)</b>	<b>(319.681)</b>	<b>(329.661)</b>
Participação nos lucros (i).....	(4.503)	-	(5.517)	-
Despesas com tributos (j).....	(480)	(291)	(480)	(291)
Demais despesas com tributos (j).....	(569)	(4.361)	(569)	(4.361)
Demais despesas administrativas (g).....	(300.870)	(244.528)	(312.765)	(304.477)
Demais resultados financeiros (h).....	(260)	(1.867)	(350)	(1.997)
Outras receitas e despesas operacionais (f).....	-	(18.535)	-	(

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional.....	204	121	577	11.090
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira.....	13.986	24.774	13.986	24.774
<b>Total</b>	<b>14.190</b>	<b>24.895</b>	<b>14.563</b>	<b>35.864</b>

### 6. Aplicações financeiras

#### 6.1. Composição das aplicações

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures.....	11.858	11.858	-	-	-	11.858	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro.....	269.312	270.387	3.426.427	3.389.536	SELIC	3.659.923	
Operações compromissadas.....	82.156	82.156	251.707	251.707	SELIC	333.863	
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	986.686	983.640	IPCA + 2,56%	983.640	
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	-	-	59.728	60.262	5,73%	60.262	
Debêntures % CDI.....	-	-	7.314	29.193	107,1% do CDI	29.193	
Debêntures CDI +.....	-	-	30.262	6.928	CDI + 0,3%	6.928	
Letras Financeiras.....	-	-	26.435	26.148	105,9% do CDI	26.148	
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	797.746	797.746	-	-	4,88%	797.746	
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	35.132	35.132	93% do CDI	35.132	
Outros (*).....	38	38	(10.388)	(10.388)	-	(10.350)	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável.....							
Ações de empresas nacionais.....	95.178	95.178	-	-	-	95.178	
Operações compromissadas.....	669	669	-	-	SELIC	669	
Outros.....	225	225	-	-	-	225	
Quotas de Fundos Imobiliários - Exclusivos.....	68.366	68.366	-	-	-	68.366	
<b>Total</b>	<b>1.325.548</b>	<b>1.326.623</b>	<b>4.813.303</b>	<b>4.772.158</b>		<b>6.098.781</b>	

#### Aplicações no Exterior

	2020	2019	2020	2019	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	483.014	473.644	4,88%
Outras aplicações					
Aplicações restritas - Conta corrente remunerada (ii)....	725.459	725.459	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	-	-	31.220	7.587	-
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)....	1.019.796	1.019.796	-	-	-
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos.....	16.666	16.666	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.761.921</b>	<b>1.761.921</b>	<b>514.234</b>	<b>481.231</b>	
%.....	37,0%	37,0%	63,0%	100,0%	
Circulante.....	3.088.544	3.088.544	791.774	3.880.318	
Não circulante.....	-	-	4.461.615	4.461.615	

(\*) Refere-se a valores a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada, vide nota 1.2.9.

	Controladora					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures.....	15.324	15.324	-	-	-	15.324	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro.....	137.732	137.716	1.930.132	1.930.028	SELIC	2.067.744	
Operações compromissadas.....	201.207	201.207	201.709	201.709	SELIC	402.916	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	632.876	625.672	7,14% a.a.	625.672	
Debêntures.....	-	-	47.732	47.468	110,09% do CDI	47.468	
Letras Financeiras.....	-	-	47.552	47.540	105,51% do CDI	47.540	
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	825.055	827.118	4,875% a.a.	827.118	
Outros (*).....	584	584	(2.056)	(2.056)	-	(1.472)	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável.....							
Ações de empresas nacionais.....	42.101	42.101	-	-	-	42.101	
Operações compromissadas.....	1.717	1.717	-	-	SELIC	1.717	
Fundos de índices de mercado.....	31.555	31.555	-	-	-	31.555	
Outros.....	(307)	(307)	-	-	-	(307)	
Fundos não Exclusivos.....	24.157	24.157	-	-	-	24.157	
<b>Total</b>	<b>454.070</b>	<b>454.054</b>	<b>3.683.000</b>	<b>3.677.479</b>		<b>4.131.533</b>	

#### Aplicações no Exterior

	2020	2019	2020	2019	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	161.605	157.890	4,875% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	-	-	24.215	8.352	-
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)....	111.364	111.364	-	-	0,7% a.a.
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos.....	13.174	13.174	-	-	-
<b>Total</b>	<b>124.538</b>	<b>124.538</b>	<b>185.820</b>	<b>166.242</b>	
%.....	578,608	578,592	3,868,820	3,843,721	
Circulante.....	13,1%	13,1%	86,9%	100,0%	
Não circulante.....	578,592	578,592	234,929	813,521	
			3,608,792	3,608,792	

(\*) Refere-se a valores a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

### 6.1. Composição das aplicações

	Consolidado					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures.....	11.858	11.858	-	-	-	11.858	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro.....	269.311	270.387	3.426.427	3.389.536	SELIC	3.659.923	
Operações compromissadas.....	82.661	82.661	251.707	251.707	SELIC	334.368	
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	986.686	983.640	IPCA + 2,56%	983.640	
Notas do Tesouro Nacional - Série F.....	-	-	59.728	60.262	5,73%	60.262	
Debêntures % CDI.....	-	-	7.314	29.193	107,1% do CDI	29.193	
Debêntures CDI +.....	-	-	30.262	6.928	CDI + 0,3%	6.928	
Letras Financeiras.....	-	-	26.435	26.148	105,9% do CDI	26.148	
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	797.746	797.746	-	-	4,88%	797.746	
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	35.132	35.132	93% do CDI	35.132	
Outros.....	109	109	-	-	-	109	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável.....							
Ações de empresas nacionais.....	86.822	86.822	-	-	-	86.822	
Operações compromissadas.....	669	669	-	-	SELIC	669	
Fundos de índices de mercado.....	8.356	8.356	-	-	-	8.356	
Outros.....	40	40	-	-	-	40	
Quotas de Fundos Não Exclusivos.....	16.146	16.146	16.542	13.463	-	29.609	
<b>Total</b>	<b>1.273.718</b>	<b>1.274.794</b>	<b>4.840.233</b>	<b>4.796.009</b>		<b>6.070.803</b>	

#### Aplicações no Exterior

	2020	2019	2020	2019	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	483.014	473.644	-
Outras aplicações					
Aplicações restritas - Conta corrente remunerada (ii)....	725.459	725.459	-	-	-
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	-	-	31.220	7.587	-
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)....	1.019.796	1.019.796	-	-	-
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	16.666	16.666	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.761.921</b>	<b>1.761.921</b>	<b>514.234</b>	<b>481.231</b>	
%.....	3,035,639	3,036,715	5,354,467	5,277,240	
Circulante.....	3,6%	3,6%	65,5%	100,0%	
Não circulante.....	3.036.715	3.036.715	815.625	3.852.340	
			4.461.615	4.461.615	

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

(ii) Conta corrente remunerada, vide nota 1.2.9.

	Consolidado					Taxa média de juros - %	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil			
Títulos de Renda Fixa - Privados							
Debêntures.....	15.324	15.324	-	-	-	15.324	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro.....	137.732	137.716	1.930.132	1.930.028	SELIC	2.067.744	
Operações compromissadas.....	201.417	201.417	201.711	201.711	SELIC	403.128	
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	632.876	625.672	7,14% a.a.	625.672	
Debêntures.....	-	-	47.732	47.468	110,09% do CDI	47.468	
Letras Financeiras.....	-	-	47.552	47.540	105,51% do CDI	47.540	
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	825.055	827.118	4,875% a.a.	827.118	
Outros.....	453	453	-	-	-	453	
Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável.....							
Ações de empresas nacionais.....	42.101	42.101	-	-	-	42.101	
Operações compromissadas.....	1.717	1.717	-	-	SELIC	1.717	
Fundos de índices de mercado.....	31.555	31.555	-	-	-	31.555	
Outros.....	100	100	-	-	-	100	
Quotas de Fundos Não Exclusivos.....	56.319	56.319	22.154	22.154	-	78.473	
<b>Total</b>	<b>486.718</b>	<b>486.702</b>	<b>3.707.212</b>	<b>3.701.691</b>		<b>4.188.393</b>	

#### Aplicações no Exterior

	2020	2019	2020	2019	
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	-	161.605	157.890	4,875% a.a.
Títulos de Renda Fixa - Privados					
American Deposits Receipt.....	-	-	24.215	8.352	-
Depósito a prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)....	111.364	111.364	-	-	0,7% a.a.
Quotas de Fundos Não Exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo.....	13.174	13.174	-	-	-
<b>Total</b>	<b>124.538</b>	<b>124.538</b>	<b>185.820</b>	<b>166.242</b>	
%.....	611,256	611,240	3,893,032	3,867,933	
Circulante.....	13,6%	13,6%	86,4%	100,0%	
Não circulante.....	611.240	611.240	236.987	848.227	
			3.630.946	3.630.946	

(i) Representam aplicações em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 7 até 180 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos.

#### 6.1.1. Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
<b>Títulos de Renda Fixa - Privados</b>					
Debêntures.....	11.858	-	-	-	11.858
<b>Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Fixa</b>					
Operações compromissadas.....	-	82.156	-	-	82.156
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	270.387	270.387
Títulos da Dívida Soberana - Global 21.....	-	797.746	-	-	797.746
Outros.....	38	-	-	-	38
<b>Quotas de Fundos Exclusivos - Renda Variável</b>					
Ações de empresas nacionais.....	95.178	-	-		

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## 7. Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber, conforme demonstrado a seguir:

### 7.1. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Circulante</b>		
Operações com seguradoras (7.2).....	4.193.770	3.781.669
Operações com resseguradoras (7.2).....	1.496.530	1.688.579
Outros créditos operacionais (7.2).....	139.172	135.390
Provisão de créditos com liquidação duvidosa.....	(65.060)	(33.811)
<b>Total</b>	<b>5.764.412</b>	<b>5.571.827</b>

### 7.2. Movimentação

A Companhia possui contratos de resseguros cujos prêmios são registrados a partir de bases estimadas (Prêmio Estimado e Prêmio RVNE), ou efetivas (Prêmios Efetivos). Os contratos proporcionais são emitidos por estimativas (Prêmios Estimados) e ajustados após recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o Prêmio Estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do Prêmio Efetivo. Os contratos não proporcionais possuem um prêmio mínimo (Prêmios Efetivos), o qual pode ser ajustado posteriormente. Já os contratos facultativos são registrados com base no valor acordado entre as partes (Prêmios Efetivos).

A liquidação dos contratos proporcionais e o consequente recebimento de prêmios ocorrem a partir das prestações de contas realizadas pelas cedentes junto a Companhia de acordo com o prazo acordado entre ambas. Determinadas prestações de contas possibilitam a compensação dos valores devidos pelas cedentes ao IRB (prêmios) com os valores que a Companhia tem a pagar de sinistros a essas cedentes, desde que informados na mesma prestação de contas.

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros créditos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>1.280.979</b>	<b>2.410.085</b>	<b>458.013</b>	<b>277.508</b>	<b>38.014</b>	<b>4.464.599</b>
Prêmios emitidos.....	8.337.425	3.774.903	4.629	-	-	12.116.957
Baixa por prestação de contas.....	-	(3.602.863)	-	-	-	(3.602.863)
Comissão sobre prêmios emitidos.....	(1.200.516)	(759.360)	2.700	-	-	(1.957.176)
Reversão de comissão estimado.....	-	781.133	-	-	-	781.133
Recebimentos de prêmio.....	(6.873.485)	-	-	-	-	(6.873.485)
Pagamentos de comissão.....	625.214	-	-	-	-	625.214
Sinistros a recuperar.....	-	-	-	22.249	-	22.249
Variação cambial.....	(112.708)	61.500	12.330	(7.196)	(26.870)	(72.944)
Outros créditos.....	(13.337)	-	-	(8.955)	124.246	101.954
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>2.043.572</b>	<b>2.665.398</b>	<b>477.672</b>	<b>283.606</b>	<b>135.390</b>	<b>5.605.638</b>

	Controladora e Consolidado					
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Outros créditos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>2.043.572</b>	<b>2.665.398</b>	<b>477.672</b>	<b>283.606</b>	<b>135.390</b>	<b>5.605.638</b>
Prêmios emitidos (*).....	10.426.642	5.481.914	-	-	-	15.908.556
Baixa por prestação de contas (*).....	-	(6.269.012)	(46.340)	-	-	(6.315.352)
Baixa por compensação de valores (**).	(222.424)	-	-	-	-	(222.424)
Comissão sobre prêmios emitidos (*).....	(1.271.549)	(1.436.777)	-	-	-	(2.708.326)
Reversão de comissão estimado (*).....	-	1.415.507	9.173	-	-	1.424.680
Recebimentos de prêmio.....	(9.914.131)	-	-	-	-	(9.914.131)
Pagamentos de comissão.....	1.189.925	-	-	-	-	1.189.925
Sinistros a recuperar.....	-	-	-	219.034	-	219.034
Variação cambial.....	8.639	510.685	82.295	(2.191)	271	599.699
Outros créditos.....	65.709	-	-	(27.046)	3.510	42.173
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>2.326.383</b>	<b>2.367.715</b>	<b>522.800</b>	<b>473.403</b>	<b>139.171</b>	<b>5.829.472</b>

(\*) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados – Conciliação, linha Prêmio emitido bruto (a) e Comissão de resseguros (e).

(\*\*) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas.

### 7.3. Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Crédito das operações	Débito das operações	Crédito Líquido das operações	Provisão para riscos de créditos	Total
<b>A vencer</b> .....	<b>2.343.812</b>	<b>(1.858.928)</b>	<b>484.884</b>	<b>(24.468)</b>	<b>460.416</b>
<b>Vencidos</b> .....	<b>595.145</b>	<b>(159.628)</b>	<b>435.517</b>	<b>(40.592)</b>	<b>394.925</b>
Vencidos até 30 dias.....	261.047	(16.972)	244.075	(19.433)	224.642
Vencidos entre 31 e 60 dias.....	108.674	(65.164)	43.510	(5.849)	37.661
Vencidos entre 61 e 120 dias.....	61.782	(16.414)	45.368	(5.458)	39.910
Vencidos entre 121 e 180 dias.....	38.998	(4.225)	34.773	(4.764)	30.009
Vencidos acima de 181 dias.....	124.644	(56.853)	67.791	(5.088)	62.703
<b>Total</b> .....	<b>2.938.957</b>	<b>(2.018.556)</b>	<b>920.401</b>	<b>(65.060)</b>	<b>855.341</b>

Para os saldos líquidos das contas a pagar e a receber efetivos (prêmio efetivo, sinistro e outros créditos), vencidos e a vencer, no valor de R\$ 920.401 (R\$ 1.371.965 em 31 de dezembro de 2019), foi constituída provisão para riscos de créditos no valor de R\$ 65.060 (R\$ 33.811 em 31 de dezembro de 2019). As premissas consideradas para o cálculo da provisão estão descritas na nota 28 (d).

### 8. Depósitos de terceiros

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente (em processo de conciliação) estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente, adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Até 30 dias.....	146.982	135.868
Entre 31 e 60 dias.....	23.765	55.409
Entre 61 e 120 dias.....	60.370	60.575
Entre 121 e 180 dias.....	43.806	45.149
Entre 181 e 365 dias.....	42.518	39.408
<b>Total</b> .....	<b>317.441</b>	<b>336.409</b>

### 9. Ativos de retrocessão - provisões técnicas

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento das provisões técnicas estão apresentadas na nota 27.9 (a).

#### 9.1. Sinistros – retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	237.766	20	(1.024)	59.720	296.482
Automóvel.....	1.339	-	(2)	11.133	12.470
Habitacional.....	219	-	-	180	399
Marítimos.....	45.076	364	(30)	11.772	57.182
Patrimonial.....	880.231	61.781	(327)	361.727	1.303.412
Pessoas.....	32.092	818	-	41.223	74.133
Petróleo.....	407.352	-	-	31.432	438.784
Responsabilidades.....	182.845	3.965	-	82.615	269.425
Riscos financeiros.....	149.459	7.090	(689)	50.818	206.678
Rural.....	97.093	902	-	73.383	171.378
Transportes.....	332.501	888	(169)	65.460	398.680
Exterior.....	331.026	-	-	172.871	503.897
<b>Total</b> .....	<b>2.696.999</b>	<b>75.828</b>	<b>(2.241)</b>	<b>962.334</b>	<b>3.732.920</b>

	Controladora e Consolidado				
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos.....	209.759	2.354	-	75.664	287.777
Automóvel.....	1.765	-	-	7.317	9.080
Habitacional.....	56	-	-	39	95
Marítimos.....	14.579	292	-	8.558	23.429
Patrimonial.....	667.369	58.654	(195)	136.982	862.810
Pessoas.....	21.631	796	-	17.160	39.587
Petróleo.....	352.482	-	-	5.553	358.035
Responsabilidades.....	171.260	3.741	-	51.776	226.777
Riscos financeiros.....	101.301	4.564	(127)	17.701	123.439
Rural.....	144.960	982	-	155.569	299.511
Transportes.....	216.844	61	(155.079)	26.855	88.681
Exterior.....	199.020	-	-	38.235	237.255
<b>Total</b> .....	<b>2.101.024</b>	<b>71.444</b>	<b>(155.401)</b>	<b>539.409</b>	<b>2.556.476</b>

#### 9.1.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>2.556.476</b>	<b>2.069.344</b>
<b>PSL - Saldo anterior</b> .....	<b>2.017.067</b>	<b>1.659.230</b>
PSL - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	2.989.814	3.054.151
PSL - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(878.925)	(1.055.299)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	183.764	(182.665)
PSL - Reversão a Crédito de Retrocessão.....	(456.029)	(174.766)
PSL - Baixa pelo pagamento de sinistro Loss Portfolio Transfer.....	(285.255)	-
PSL - Recuperação de sinistros.....	(1.090.115)	(1.255.941)
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial e outros.....	290.265	(27.643)
<b>PSL - Movimentação Ativo</b> .....	<b>753.519</b>	<b>357.837</b>
<b>PSL - Saldo final</b> .....	<b>2.770.586</b>	<b>2.017.067</b>

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
<b>IBNR - Saldo inicial</b> .....	<b>539.409</b>	<b>410.114</b>
IBNR - Constituição de Sinistros de Retrocessão.....	569.775	354.536
IBNR - Reversão de Sinistros de Retrocessão.....	(200.140)	(233.199)
IBNR - Variação Cambial.....	53.290	7.958
<b>IBNR - Movimentação Ativo</b> .....	<b>422.925</b>	<b>129.295</b>
<b>IBNR - Saldo final</b> .....	<b>962.334</b>	<b>539.409</b>
<b>Saldo final</b> .....	<b>3.732.920</b>	<b>2.556.476</b>

Loss Portfolio Transfer: venda/transfêrencia via contrato de Retrocessão das Provisões de Sinistros de uma determinada Carteira pelo IRB para uma retrocessionária resseguradora.

### 9.2. Prêmios de retrocessão diferidos

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	24.836	464	823	(171)	(31)	(44)
Automóvel.....	670	7.166	-	(15)	(193)	-
Habitacional.....	-	53	8	-	(2)	-
Marítimos.....	25.430	1.554	2.277	(538)	(39)	(93)
Nucleares.....	19.159	-	3.015	(479)	-	(167)
Patrimonial.....	301.759	94.522	31.383	(10.497)	(8.198)	(1.335)
Pessoas.....	30.097	4.206	1.043	(2.898)	(439)	(92)
Petróleo.....	337.571	1.503	89.946	(7.612)	(158)	(1.818)
Responsabilidades.....	64.006	37.804	2.193	(5.699)	(8.335)	(153)
Riscos financeiros.....	23.580	12.684	1.847	(470)	(2.255)	(98)
Rural.....	50.721	12	195	(407)	(4)	(21)
Transportes.....	35.974	23.429	4.521	(1.170)	(878)	(787)
Exterior.....	238.929	3.330	531	(998)	(564)	(35)
<b>Total</b> .....	<b>1.152.732</b>	<b>187.327</b>	<b>137.782</b>	<b>(30.954)</b>	<b>(21.096)</b>	<b>(4.643)</b>

**Circulante**..... 1.143.675  
**Não circulante**..... 29.038

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Aeronáuticos.....	26.443	1.794	799	(588)	(251)	(28)
Automóvel.....	2.439	1.406	-	(32)	(18)	-
Habitacional.....	122	58	7	-	(2)	-
Marítimos.....	20.478	1.101	2.441	(565)	(45)	(96)
Nucleares.....	14.056	-	1.471	(1.054)	-	(119)
Patrimonial.....	318.753	90.767	41.184	(11.708)	(7.606)	(2.005)
Pessoas.....	15.729	11.320	1.365	(540)	(370)	(108)
Petróleo.....	196.541	2.283	33.919	(4.899)	(142)	(1.131)
Responsabilidades.....	43.912	43.072	2.303	(2.861)	(8.687)	(138)
Riscos financeiros.....	21.421	6.682	1.710	(1.166)	(1.089)	(97)
Rural.....	2.272	4.171	403	(150)	(40)	(6.643)
Transportes.....	24.623	33.235	10.697	(974)	(2.551)	(2.256)
Exterior.....	235.679	10.196	1.320	(1.906)	(1.128)	(96)
<b>Total</b> .....	<b>922.468</b>	<b>206.085</b>	<b>97.619</b>	<b>(25.443)</b>	<b>(21.902)</b>	<b>(6.114)</b>

**Circulante**..... 1.143.675  
**Não circulante**..... 29.038

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	794.692	128.367	81.142	(27.118)	(12.760)	(6.378)
Constituição.....	702.898	212.650	17.757	(17.759)	(17.101)	(616)
Diferimento pelo risco.....	(601.544)	(134.786)	(3.103)	19.950	7.876	1.015
Variação Cambial.....	26.422	(146)	1.823	(516)	83	(135)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>922.468</b>	<b>206.085</b>	<b>97.619</b>	<b>(25.443)</b>	<b>(21.902)</b>	<b>(6.114)</b>

Saldos em 31 de dezembro de 2019..... 922.468 206.085 97.619 (25.443) (21.902) (6.114) 1.172.713

Constituição (\*)..... 1.039.127 115.702 136.212 (23.596) (14.317) (8.606) 1.244.522

Diferimento pelo risco (\*)..... (980.276) (144.381) (44.889) 24.912 15.472 7.388 (1.121.774)

Variação Cambial..... 171.413 9.921 (51.160) (6.827) (3.49) 2.689 125.687

**Saldos em 31 de dezembro de 2020**..... **1.152.732** **187.327** **137.782** **(30.954)** **(21.096)** **(4.643)** **1.421.148**

(\*) Faz referência à nota 3.3 Demonstrações de resultados - Conciliação, linhas Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c) e Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e).

## 9.3. Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos e a provisão de despesas relacionadas constitui destinação das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Aeronáuticos.....	20	59
Automóvel.....	1.011	217
Marítimos.....	-	9
Patrimonial.....	581	1.962
Pessoas.....	518	1.065
Responsabilidades.....	203	303
Riscos financeiros.....	4.021	1.230
Rural.....	709	1.577
Transportes.....	185	727
Exterior.....	507	618
<b>Total</b> .....	<b>7.755</b>	<b>7.767</b>

### 10. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Circulante</b>				
Valores provenientes da carteira de investimentos imobiliários.....	27.566	27.712		

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	42.786	11.376	16.132	70.294
Constituição de custo de aquisição.....	46.383	6.515	3.954	56.852
Reversão de custo de aquisição.....	(18.948)	(2.965)	(3.209)	(25.122)
Varição Cambial.....	961	88	(144)	905
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>71.182</b>	<b>15.014</b>	<b>16.733</b>	<b>102.929</b>
	Controladora e Consolidado			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	71.182	15.014	16.733	102.929
Constituição de custo de aquisição.....	63.944	2.686	7.237	73.867
Reversão de custo de aquisição.....	(31.742)	(3.666)	(3.658)	(39.066)
Varição Cambial.....	(8.124)	3.990	(2.602)	(6.736)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>95.260</b>	<b>18.024</b>	<b>17.710</b>	<b>130.994</b>

## 13. Imóveis destinados à renda

	Controladora e Consolidado			
	Shopping Centers			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	-	-	-	7.879
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.879</b>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	-	-	(2.364)	(2.364)
Depreciação.....	-	-	(315)	(315)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.679)</b>	<b>(2.679)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.200</b>
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	-	-	-	7.879
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.879</b>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	-	-	(2.679)	(2.679)
Depreciação.....	-	-	(315)	(315)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.994)</b>	<b>(2.994)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.885</b>

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	16.302	17.226	546.028	579.556
Aquisição.....	-	-	80.079	80.079
Alienação.....	-	(8.946)	(108.390)	(117.336)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>16.302</b>	<b>8.280</b>	<b>517.717</b>	<b>542.299</b>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	-	(772)	(23.522)	(24.294)
Depreciação.....	-	(206)	(2.880)	(3.086)
Alienação.....	-	8	16.517	16.525
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>-</b>	<b>(970)</b>	<b>(9.885)</b>	<b>(10.855)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>16.302</b>	<b>7.310</b>	<b>507.832</b>	<b>531.444</b>
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	16.302	8.280	517.717	542.299
Alienação (*).....	-	(194)	(450.662)	(450.856)
Aquisição.....	-	-	1.635	1.635
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>16.302</b>	<b>8.086</b>	<b>68.690</b>	<b>93.078</b>
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	-	(970)	(9.885)	(10.855)
Depreciação.....	-	-	(317)	(317)
Alienação (*).....	-	-	7.206	7.206
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>-</b>	<b>(970)</b>	<b>(2.996)</b>	<b>(3.966)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>16.302</b>	<b>7.116</b>	<b>65.694</b>	<b>89.112</b>

(\*) Baixa pela venda dos Empreendimentos Parkshopping, Parkshopping Corporate, salas comerciais e IRB International Fundo de Investimento Imobiliário.

## 14. Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso (*)	Total
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	63.856	59.444	4.679	9.501	3.650	196	-	141.326
Adições.....	36	1.771	178	411	3.679	-	13.839	19.914
Baixas.....	-	(114)	-	(127)	-	-	-	(241)
Transferências.....	2.628	65	-	338	(3.031)	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	(115)	-	(115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>66.520</b>	<b>61.166</b>	<b>4.857</b>	<b>10.123</b>	<b>4.298</b>	<b>81</b>	<b>13.839</b>	<b>160.884</b>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.064)	(1.059)	(74)	-	(67.056)
Depreciação.....	(2.395)	(5.155)	(866)	(931)	(515)	(43)	(2.244)	(12.149)
Baixas.....	-	84	-	38	-	-	-	122
Alienação.....	-	-	-	-	-	69	-	69
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>(15.695)</b>	<b>(51.590)</b>	<b>(3.906)</b>	<b>(3.957)</b>	<b>(1.574)</b>	<b>(48)</b>	<b>(2.244)</b>	<b>(79.014)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos.....</b>	<b>50.825</b>	<b>9.576</b>	<b>951</b>	<b>6.166</b>	<b>2.724</b>	<b>33</b>	<b>11.595</b>	<b>81.870</b>
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	66.520	61.166	4.857	10.123	4.298	81	13.839	160.884
Adições.....	153	1.465	480	208	1.196	14	-	3.516
Baixas.....	-	(25.870)	(3.227)	(1.337)	(468)	-	(949)	(31.851)
Transferências.....	262	4	-	-	(266)	-	-	-
Alienação.....	(444)	-	-	-	-	-	-	(444)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>66.491</b>	<b>36.765</b>	<b>2.110</b>	<b>8.994</b>	<b>4.760</b>	<b>95</b>	<b>12.890</b>	<b>132.105</b>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	(15.695)	(51.590)	(3.906)	(3.957)	(1.574)	(48)	(2.244)	(79.014)
Depreciação.....	(2.488)	(4.259)	(570)	(899)	(521)	(26)	-	(8.763)
Baixas.....	-	25.458	3.214	956	-	-	(1.722)	27.907
Alienação.....	271	-	-	-	-	-	-	271
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>(17.912)</b>	<b>(30.391)</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(3.909)</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(74)</b>	<b>(3.966)</b>	<b>(59.600)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos.....</b>	<b>48.579</b>	<b>6.374</b>	<b>848</b>	<b>5.094</b>	<b>2.665</b>	<b>21</b>	<b>8.924</b>	<b>72.505</b>

A Companhia realizou, em dezembro de 2020, a venda de salas comerciais do Edifício Kyoiei pelo valor de R\$ 9.575 que estava registrado na controladora pelo valor de custo de R\$ 173.

	Consolidado							
	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso (*)	Total
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	63.856	59.444	4.679	9.512	3.723	196	-	141.410
Adições.....	36	1.765	178	411	3.679	-	13.839	19.908
Baixas.....	-	(109)	-	(127)	-	-	-	(236)
Transferências.....	2.628	65	-	338	(3.031)	-	-	-
Alienação.....	-	-	-	-	-	(115)	-	(115)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>66.520</b>	<b>61.165</b>	<b>4.857</b>	<b>10.134</b>	<b>4.371</b>	<b>81</b>	<b>13.839</b>	<b>160.967</b>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.065)	(1.059)	(74)	-	(67.057)
Depreciação.....	(2.395)	(5.179)	(866)	(932)	(515)	(43)	(2.244)	(12.174)
Baixas.....	-	109	-	38	-	-	-	147
Alienação.....	-	-	-	-	-	69	-	69
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>(15.695)</b>	<b>(51.589)</b>	<b>(3.906)</b>	<b>(3.959)</b>	<b>(1.574)</b>	<b>(48)</b>	<b>(2.244)</b>	<b>(79.015)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos.....</b>	<b>50.825</b>	<b>9.576</b>	<b>951</b>	<b>6.175</b>	<b>2.797</b>	<b>33</b>	<b>11.595</b>	<b>81.952</b>
Custo imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	66.520	61.165	4.857	10.134	4.371	81	13.839	160.967
Adições.....	153	1.464	480	208	1.196	14	-	3.515
Baixas.....	-	(25.870)	(3.227)	(1.337)	(468)	-	(949)	(31.851)
Transferências.....	262	4	-	-	(266)	-	-	-
Alienação.....	(444)	-	-	-	-	-	-	(444)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>66.491</b>	<b>36.763</b>	<b>2.110</b>	<b>9.005</b>	<b>4.833</b>	<b>95</b>	<b>12.890</b>	<b>132.187</b>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	(15.695)	(51.589)	(3.906)	(3.959)	(1.574)	(48)	(2.244)	(79.015)
Depreciação.....	(2.488)	(4.259)	(570)	(904)	(521)	(26)	-	(8.768)
Baixas.....	-	25.459	3.214	956	-	-	(1.722)	27.907
Alienação.....	271	-	-	-	-	-	-	271
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>(17.912)</b>	<b>(30.389)</b>	<b>(1.262)</b>	<b>(3.907)</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(74)</b>	<b>(3.966)</b>	<b>(59.605)</b>
<b>Saldos contábeis, líquidos.....</b>	<b>48.579</b>	<b>6.374</b>	<b>848</b>	<b>5.098</b>	<b>2.738</b>	<b>21</b>	<b>8.924</b>	<b>72.582</b>

(\*) Direito de uso - Devido a adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconheceu em seu balanço novos ativos para os seus contratos de locação do imóvel sede da filial de São Paulo, registrado em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$ 8.924 (R\$ 11.595 em 31 de dezembro de 2019), líquido da amortização. Para o contrato de imóvel, foi considerado o período remanescente de 2 anos para o fim do contrato, mais um ciclo de 5 anos pela cláusula de renovação automática.

## 15. Intangível

	Controladora			
	Custo com desenvolvimento de software		Software em andamento	
	2020	2019	2020	Total
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	4.730	171.667	171.667
Adições.....	27.106	4.922	32.028	32.028
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>194.043</b>	<b>9.652</b>	<b>203.695</b>	<b>203.695</b>
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.214)	-	(129.214)	(129.214)
Amortização.....	(30.081)	-	(30.081)	(30.081)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>(159.295)</b>	<b>-</b>	<b>(159.295)</b>	<b>(159.295)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>34.748</b>	<b>9.652</b>	<b>44.400</b>	<b>44.400</b>
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	194.043	9.652	203.695	203.695
Adições.....	50.896	6.103	56.999	56.999
Transferências.....	14.404	(14.404)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>259.343</b>	<b>1.351</b>	<b>260.694</b>	<b>260.694</b>
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	(159.295)	-	(159.295)	(159.295)
Amortização.....	(35.695)	-	(35.695)	(35.695)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020.....</b>	<b>(194.990)</b>	<b>-</b>	<b>(194.990)</b>	<b>(194.990)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>64.353</b>	<b>1.351</b>	<b>65.704</b>	<b>65.704</b>

	Consolidado			
	Custo com desenvolvimento de software		Software em andamento	
	2020	2019	2020	Total
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	166.937	4.730	171.994	171.994
Adições.....	27.231	4.796	32.027	32.027
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>194.168</b>	<b>9.526</b>	<b>204.021</b>	<b>204.021</b>
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	(129.215)	-	(129.215)	(129.215)
Amortização.....	(30.105)	-	(30.105)	(30.105)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019.....</b>	<b>(159.320)</b>	<b>-</b>	<b>(159.320)</b>	<b>(159.320)</b>
<b>Saldo contábil, líquido.....</b>	<b>34.848</b>	<b>9.526</b>	<b>44.701</b>	<b>44.701</b>
Custo intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	194.168	9.526	204.021	204.021
Adições.....	50.896	6.036	56.932	

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## 20.2. Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	Controladora e Consolidado				
	2020		2019		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos.....	355.788	632	(435)	109.180	465.165
Automóvel.....	78.097	11.371	(63)	32.271	121.676
Habitacional.....	17.288	111	-	21.329	38.728
Marítimos.....	65.459	1.135	(69)	21.755	88.280
Nucleares.....	1	-	-	-	1
Patrimonial.....	1.253.806	141.774	(733)	474.254	1.869.101
Pessoas.....	150.165	6.613	-	204.685	361.463
Petróleo.....	424.320	-	-	40.757	465.077
Responsabilidades.....	356.289	26.445	-	122.603	505.337
Riscos financeiros.....	411.685	16.296	(4.695)	132.343	555.629
Rural.....	228.008	2.057	(12)	298.352	528.405
Transportes.....	363.487	4.340	(692)	80.426	447.561
Exterior.....	2.512.868	-	(4.277)	1.803.441	4.312.032
	<b>6.217.261</b>	<b>210.774</b>	<b>(10.976)</b>	<b>3.341.396</b>	<b>9.758.455</b>

	Controladora e Consolidado				
	2019		2020		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Estimativa de ressarcimento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos.....	285.138	2.401	(63)	129.628	417.104
Automóvel.....	83.242	10.524	(6)	43.860	137.620
Habitacional.....	29.844	123	-	7.254	37.221
Marítimos.....	50.127	949	(2)	39.392	90.466
Nucleares.....	2	-	-	-	2
Patrimonial.....	1.045.198	112.123	(717)	236.125	1.392.729
Pessoas.....	108.979	4.686	-	124.411	238.076
Petróleo.....	409.994	-	-	7.362	417.356
Responsabilidades.....	294.282	21.415	-	107.744	423.441
Riscos financeiros.....	277.378	10.646	(5.752)	65.769	348.041
Rural.....	249.038	2.079	-	355.965	607.082
Transportes.....	309.323	2.260	(173.409)	50.090	188.264
Exterior.....	1.717.605	-	(5.537)	1.050.033	2.762.101
	<b>4.860.150</b>	<b>167.206</b>	<b>(185.486)</b>	<b>2.217.633</b>	<b>7.059.503</b>

### 20.2.1. Movimentação

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial.....	7.059.503	6.571.844
PSL - Saldo anterior.....	4.841.870	4.572.776
PSL - Constituição de provisão por aviso de sinistro.....	8.879.951	7.750.172
PSL - Reversão de provisão por revisão de estimativa.....	(1.283.461)	(1.599.507)
PSL - Estimativa de Salvados e Ressarcimentos.....	174.056	(200.192)
PSL - Baixa por liquidação.....	(6.663.461)	(5.650.157)
PSL - Baixa por compensação de valores (*).....	(222.424)	-
PSL - Juros, atualização monetária e variação cambial.....	690.528	(31.222)
PSL - Movimentação Passivo.....	1.575.189	269.094
PSL - Saldo final.....	<b>6.417.059</b>	<b>4.841.870</b>

(\*) Valores baixados por meio da compensação dos valores de prêmios a receber e sinistros a pagar de prestações de contas recepcionadas.

### 20.2.2. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou a divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

São apresentados abaixo, os percentuais utilizados por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída. Tais percentuais são atuarialmente calculados e atualizados anualmente com base no histórico de perdas.

Probabilidade	Controladora e Consolidado				
	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão
Provável.....	241	381.276	35%	133.447	(45.509)
Possível.....	230	215.674	35%	75.486	(29.537)
Remota.....	57	92.059	2%	1.841	(782)
	<b>528</b>	<b>689.009</b>		<b>210.774</b>	<b>(75.828)</b>

Probabilidade	Controladora e Consolidado				
	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão
Provável.....	257	187.779	35%	65.723	(32.570)
Possível.....	252	279.697	35%	97.894	(37.259)
Remota.....	69	179.474	2%	3.589	(1.615)
	<b>578</b>	<b>646.950</b>		<b>167.206</b>	<b>(71.444)</b>

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros - retrocessão.

O IRB-Brasil RE, em virtude de sua longa atuação no mercado brasileiro de resseguros, possui um estoque de ações cuja tendência é diminuir significativamente ao longo dos anos, considerando em especial a edição da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que revogou as disposições do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, estabelecendo a ausência de obrigatoriedade do ressegurador ser parte integrante do processo judicial. Adicionalmente, cabe ressaltar que as disputas no mercado de seguros e resseguros cada vez mais são submetidas a soluções alternativas, a exemplo do procedimento de arbitragem.

### 20.3. Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas de sinistros.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Aeronáuticos.....	4.403	3.735
Automóvel.....	2.823	1.735
Habitacional.....	15.760	13.962
Marítimos.....	952	859
Nucleares.....	171	56
Patrimonial.....	22.445	16.550
Pessoas.....	15.764	40.369
Responsabilidades.....	1.661	1.980
Riscos financeiros.....	63.300	53.974
Rural.....	20.999	34.081
Transportes.....	5.707	5.819
Exterior.....	57.919	62.022
	<b>211.904</b>	<b>235.142</b>

### 21. Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015 e suas alterações conforme Resoluções CMN nº 4.633/18 e CMN nº 4.670/18, as provisões técnicas da Resseguradora possuem a seguinte cobertura:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Provisões técnicas de resseguros.....	13.531.972	10.431.746
(-) Ativos de retrocessão.....	5.161.823	3.736.956
(+) Ativo redutor - PPNG.....	1.071.119	837.891
(-) Ativo redutor - custo de aquisição.....	6.221	4.212
(-) Direitos creditórios.....	2.465.644	2.023.903
Montante a ser garantido.....	<b>6.969.403</b>	<b>5.504.566</b>
Ativos disponíveis para garantias:		
Quotas de fundos de investimentos.....	6.018.557	4.092.052
Times deposits.....	1.019.796	111.364
Títulos da dívida soberana.....	473.644	157.890
Debêntures.....	-	3.466
Total de ativos.....	<b>7.511.997</b>	<b>4.364.772</b>

### 22. Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Com participação acionária na Resseguradora..... (a)				
Prêmios.....	24.322	-	95.696	-
Retrocessões.....	-	134	-	502
Prêmio ganho.....				
Indenizações e despesas com sinistros.....	5.762	968	1.282	58
Comissões.....	-	1.102	-	22.767
Outros.....	-	597	-	571
	<b>30.084</b>	<b>2.801</b>	<b>96.978</b>	<b>23.898</b>
Planos de pensão..... (b)	119.446	561.915	215.066	514.866
	<b>149.530</b>	<b>564.716</b>	<b>312.044</b>	<b>538.764</b>

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora..... (a)		
Prêmios.....	140.470	547.135
Retrocessões.....	(4.770)	(52.892)
Prêmio retido.....	135.700	494.243
Variação das provisões técnicas.....	16.328	96.473
Prêmio ganho.....	152.028	590.716
Indenizações e despesas com sinistros.....	(75.454)	(352.957)
Comissões.....	(30.398)	(127.098)
Outros.....	(8.079)	(2.167)
	<b>38.097</b>	<b>108.494</b>
Planos de pensão..... (b)		
Despesa.....	(39.584)	(48.643)
Receita.....	3.900	54.932
Outros resultados abrangentes.....	(155.812)	(27.893)
	<b>(191.496)</b>	<b>(21.604)</b>
	<b>(153.399)</b>	<b>86.890</b>

(a). Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras e resseguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

(b). Referem-se a valores a receber e a pagar com a Previr, referente aos planos de benefício pós emprego que a Companhia é patrocinadora.

### 22.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselheiros e comitês da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Resultado.....			
2019.....	23.287	2.942	26.229
2020.....	17.955	1.093	19.048

### 23. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais.....	422.601	-	-
COFINS.....	8.863	-	-
PIS.....	4.550	-	-
Contribuição social (I).....	393.358	-	-
Imposto de renda.....	14.532	-	-
ISS.....	1.298	-	-
Previdenciárias.....	130.513	-	-
INSS.....	129.333	-	-
FGTS.....	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis.....	62.570	56.669	-
Ações trabalhistas.....	26.203	56.291	-
Ações cíveis.....	36.547	378	-
	<b>615.684</b>	<b>56.669</b>	<b>-</b>

	Controladora e Consolidado		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais.....	503.144	-	451.090
COFINS.....	8.711	-	-
PIS.....	4.472	-	-
Contribuição social (I).....	474.473	-	451.090
Imposto de renda.....	14.217	-	-
ISS.....	1.271	-	-
Previdenciárias.....	127.174	-	-
INSS.....	125.994	-	-
FGTS.....	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis.....	64.267	47.977	-
Ações trabalhistas.....	25.627	47.499	-
Ações cíveis.....	38.640	478	-
	<b>694.585</b>	<b>47.977</b>	<b>451.090</b>

	Controladora e Consolidado		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais.....	503.144	-	451.945
COFINS.....	8.711	-	-
PIS.....	4.472	-	-
Contribuição social (I).....	474.473	-	451.090
Imposto de renda.....	14.217	-	855
ISS.....	1.271	-	-
Previdenciárias.....	127.174	-	-
INSS.....	125.994	-	-
FGTS.....	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis.....	64.267	48.174	-
Ações trabalhistas.....	25.627	47.696	-
Ações cíveis.....	38.640	478	-
	<b>694.585</b>	<b>48.174</b>	<b>451.945</b>

(I) Refere-se principalmente ao depósito judicial do Mandado de Segurança da CSLL no valor de R\$ 393.358 (nota 23.3.2). Do valor de R\$ 474.473 registrado em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 68.815 foi levantado pela União em junho de 2020, o montante de R\$ 19.421 foi recuperado pela Companhia e R\$ 7.121 referem-se à atualização monetária.

### 23.1. Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Controladora e Consolidado			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Possível.....	8	226.161	-	-
	<b>8</b>	<b>226.161</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Previdenciário				
Possível.....	8	58.662	-	-
	<b>8</b>	<b>58.662</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Trabalhista e cível				
Provável.....	39	56.669	56.669	-
Possível (*).....	165	359.442	-	-
Remota.....	4	350	-	-
	<b>208</b>	<b>416.461</b>	<b>56.669</b>	<b>-</b>

(\*) Aumento no período refere-se substancialmente ao processo do EURE, nota 23.4.2

	Controladora e Consolidado			
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável (I).....	1	451.090	-	451.090
Possível.....	19	355.516	-	-
Remota.....	1	200	-	-
	<b>21</b>	<b>806.806</b>	<b>-</b>	<b>451.090</b>
Previdenciário				
Possível.....	11	74.579		

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

Vale ressaltar que para suspender a exigibilidade da cobrança em referência, foi integralmente depositado o valor do referido débito, que atualizado, perfaz o valor de R\$ 73.399 (R\$ 71.873 em 31 de dezembro de 2019).

## 23.3.4 – Processo Administrativo Fiscal – Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)

Trata-se de Declaração de Compensação ("DCOMP") de crédito original de R\$ 437.783 mil, sendo R\$ 69.887 (R\$68.604 em 31 de dezembro de 2019) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual possuía como objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), na forma prevista no art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98 (Alargamento da Base de Cálculo). Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC). Atualmente, a Companhia aguarda ser intimada acerca da referida diligência e seus consultores jurídicos entendem que são boas as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão favorável à Companhia já transitada em julgado.

## 23.4. Ações trabalhistas/Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração.

Cumprido ressaltar, adicionalmente, que a Companhia encontra-se envolvida em 4 (quatro) procedimentos arbitrais e 11 (onze) ações cíveis movidas, em sua maioria, por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e o consequente ressarcimento de alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos, com probabilidade de perda provável, em R\$ 56.669. Já os processos trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$ 359.442.

## 23.4.1 Ação Civil Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Segurados – FENESPIC, contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Pretendem na primeira ação o restabelecimento do plano anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos ordinários interpostos pela Companhia contra as sentenças proferidas pela 75ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que julgaram parcialmente procedentes os pedidos autorais.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco na primeira ação a é de R\$ 20.861 e classificam sua probabilidade de perda como possível. A segunda ação tem como valor de risco R\$ 327 e probabilidade de perda possível.

## 23.4.2 Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE

O EURE/GGF, gerido pelo IRB Brasil RE até 2010, era mantido por meio do Fundo EURE/GGF ("Fundo"), no qual eram depositados os prêmios referentes aos seguros elegíveis e de onde eram retirados os recursos para indenizar os respectivos sinistros.

Em dezembro de 2010, após troca de correspondências diversas entre o IRB Brasil RE e a Secretária do Tesouro Nacional ("STN"), ficou formalmente acordado a transferência do valor total do saldo acumulado, no longo de mais de 18 anos, no valor de aproximadamente R\$ 760.718 do IRB Brasil RE para a STN. Em virtude da referida transferência realizada em 30.12.2010, o IRB Brasil RE, mediante a concordância formal da STN, efetuou a retenção de parte deste saldo total acumulado, a título de taxa de administração, de 0,45% do patrimônio líquido do Fundo, em valor corrigido pela SELIC, o que corresponde à época ao montante de R\$ 81.166.

Ocorre que, três anos depois, a Controladoria Geral da União ("CGU") reviu do ato administrativo que autorizou a retenção mencionada acima, por suposta falta de amparo legal, e passou a cobrar do IRB Brasil RE a restituição do valor retido em 2010, a título de taxa de administração, pela gestão do referido Fundo. Diante deste contexto, o IRB Brasil RE impetrou mandado de segurança distribuído sob o nº 1008401-29.2016.4.01.3400, ainda em trâmite perante o TRF da 1ª Região, cuja sentença anulou a cobrança movida pela STN e atualmente encontra-se em fase recursal.

Contudo, após algumas tentativas da União/STN para consumir a mencionada cobrança em face do IRB Brasil RE através de processos administrativos arbitrários, e antes que fosse proferido qualquer decisão definitiva nos autos do referido Mandado de Segurança sobre a possibilidade de que a União prosseguisse com a cobrança da dívida, o ente federativo inscreveu a Companhia em dívida ativa e instaurou a execução fiscal que tramita na 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro distribuída sob o nº 5063414-48.2019.4.02.5101.

Após a garantia do juízo e a proposição de embargos à execução, a execução fiscal foi suspensa pelo prazo de um ano.

Vale ressaltar a execução fiscal em referência não possui lastreio jurídico bastante que fundamente sua interposição, haja vista ser acessória ao processo principal, representado pelo Mandado de Segurança nº 1008401-29.2016.4.01.3400, no qual esta Companhia obteve sucessivas decisões favoráveis, inclusive de liminar suspendendo a cobrança da suposta dívida em referência.

Atualmente, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da União Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 1008401-29.2016.4.01.3400 e parcial provimento à apelação da Companhia, no sentido de reconhecer a nulidade do ato administrativo em discussão. Neste contexto, foi protocolado pedido de extinção da execução fiscal supramencionada.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam o valor em risco neste processo de R\$ 214.105 e classificam sua probabilidade de perda como possível, tendo em vista a falta da singularidade da discussão em tela, não havendo precedentes neste sentido, não obstante todas as sucessivas decisões favoráveis obtidas pela Companhia nos autos de ambos os processos.

## 24. Patrimônio líquido

### 24.1. Capital

Conforme descrito na nota 1.2.6, em 31 de agosto de 2020, o Conselho de Administração homologou o Aumento de Capital Privado no valor de R\$ 2.300.000, dentro do limite autorizado em seu estatuto social, mediante a emissão, para subscrição privada, de 331.890.331 ações ordinárias. Os gastos com emissão de ações totalizaram R\$ 33.556 e foram registrados em conta retificadora do grupo Capital Social.

A Companhia aguarda homologação do Aumento de Capital Privado descrito acima, junto ao órgão regulador - SUSEP conforme determina a Circular SUSEP nº 529 de 25 de fevereiro de 2016 e alterações subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2020, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	200.003.914	15,9%
Itaú Seguros S.A.	145.924.075	11,6%
Outros (*)	909.358.542	72,5%
	<b>1.255.286.531</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Participações acionárias inferiores a 5%.

### 24.2. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações, tendo como objetivo a aquisição de ações emitidas pela Companhia para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução de capital social, visando maximizar a geração de valor para seus acionistas.

A vigência do programa é de 19 de fevereiro de 2020 até 18 de agosto de 2021 e a quantidade de ações a serem adquiridas está limitada a 41.898.920 (quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e oito mil e novecentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia.

Apesar do programa permitir a recompra de 41.898.920 ações ordinárias, qualquer dotação de recursos está sujeita a autorização específica do Conselho de Administração. Conforme fato relevante divulgado em 27 de julho de 2020, a Diretoria Estatutária foi autorizada a recomprar apenas 5.000.000 de ações em um primeiro momento, porém a revelia do Conselho de Administração, a recompra de ações da Companhia pela antiga administração ultrapassou a quantidade autorizada em 2.850.000 ações.

Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de ações em tesouraria adquiridas em 2020 pela Companhia totalizava 7.850.000 ações ordinárias, com preço médio de R\$ 34,51 por ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 30,81 e R\$38,00, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 270.870.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.890	475.800
Recompras	270.870	7.850.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>283.760</b>	<b>12.603.800</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 12.603.800 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 283.760.

### 24.3. Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado 2020	2019
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(191.071)</b>	<b>(113.381)</b>
Perda originada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	(49.049)	(1.608)
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(3.079)	6.584
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(155.812)	(23.420)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	19.620	643
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	62.324	11.158
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (i)	(37.648)	(71.047)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(354.715)</b>	<b>(191.071)</b>

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

### 24.4. Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído. O lucro (prejuízo) por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado 2020	2019
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.521.263)	1.210.120
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	960.272.903	931.246.200
<b>Lucro (prejuízo) por ação</b>	<b>(1,58)</b>	<b>1,30</b>

### 25. Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os prêmios ganhos para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

#### 25.1. Prêmios ganhos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968
Pessoas	464.459	(95.795)	1.084	2.011
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979
<b>Total</b>	<b>9.592.202</b>	<b>(1.283.644)</b>	<b>139.778</b>	<b>(14.975)</b>

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968
Pessoas	464.459	(95.795)	1.084	2.011
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979
<b>Total</b>	<b>9.592.202</b>	<b>(1.283.644)</b>	<b>139.778</b>	<b>(14.975)</b>

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968
Pessoas	464.459	(95.795)	1.084	2.011
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979
<b>Total</b>	<b>9.592.202</b>	<b>(1.283.644)</b>	<b>139.778</b>	<b>(14.975)</b>

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968
Pessoas	464.459	(95.795)	1.084	2.011
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979
<b>Total</b>	<b>9.592.202</b>	<b>(1.283.644)</b>	<b>139.778</b>	<b>(14.975)</b>

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Prêmios emitidos brutos	Comissão de resseguros	Variação das provisões técnicas - Prêmio	Variação das provisões técnicas - Comissão
Aeronáuticos	93.083	(2.506)	6.394	(1.153)
Automóvel	61.370	(14.768)	(12.275)	2.886
Habitacional	54.070	(3.671)	2.458	36
Marítimos	92.945	(2.609)	(153)	(108)
Nucleares	27.931	(1.735)	(3.463)	311
Patrimonial	1.526.358	(111.513)	91.068	1.968
Pessoas	464.459	(95.795)	1.084	2.011
Petróleo	786.086	(2.039)	9.884	(1.801)
Responsabilidades	243.151	(34.318)	(7.351)	2.520
Riscos financeiros	202.418	(74.332)	33.882	(14.998)
Rural	1.019.389	(292.344)	115.037	(25.868)
Transportes	301.127	(26.734)	33.851	(5.758)
Exterior (i)	4.720.815	(621.280)	(128.470)	24.979
<b>Total</b>	<b>9.592.202</b>	<b>(1.283.644)</b>	<b>139.778</b>	<b>(14.975)</b>

www.irbre.com

#### 25.2. Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação (Bruto de retrocessão)

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Variação da PDR
Aeronáuticos	(75.365)	(2.120)	57.195	(131)
Automóvel	(17.866)	758	11.616	(53)
Habitacional	(22.572)	-	(14.075)	(130)
Marítimos	(68.931)	2.488	21.214	(381)
Patrimonial	(1.072.331)	8.100	(226.516)	(356)
Pessoas	(326.138)	93	(80.243)	(133)
Petróleo	(94.593)	-	(30.883)	-
Responsabilidades	(176.810)	-	(11.687)	(622)
Riscos financeiros	(228.562)	14.273	(67.894)	(4.720)
Rural	(901.784)	740	59.269	(165)
Transportes	(444.471)	16.799	(26.063)	188
Exterior (i)	(4.340.943)	4.392	(399.271)	-
<b>Total</b>	<b>(7.770.546) (*)</b>	<b>45.223</b>	<b>(707.338)</b>	<b>(6.503)</b>

(\*) Conforme demonstrado na nota explicativa 2.2.2.2 – Desenvolvimento de prêmios e sinistros (sinistros incorridos brutos de retrocessão) o montante de sinistros observados no exercício de 2020 contempla também parcelas referentes a anos de subscrição anteriores, como, por exemplo, R\$ 4.173.550 referentes a anos de subscrição até 2018.

#### (i) Exterior:

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(332.369)	33	(133.937)	(466.273)
Automóvel	(1.157)	-	(1.209)	(2.366)
Marítimos	(90.558)	-	(2.916)	(13.099)
Nucleares	(3)	-	(450)	(453)
Patrimonial	(1.070.943)	2.887	(257.368)	(1.325.424)
Pessoas	(1.898.674)	1.001	218.678	(1.678.995)
Petróleo	(98.305)	311	(20.187)	(118.181)
Responsabilidades	(48.179)	370	(5.173)	(52.982)
Riscos financeiros	(30.434)	1.398	(12.383)	(41.419)
Rural	(704.510)	1.278	(156.563)	(859.595)
Transportes	(66.011)	30	(17.580)	(83.561)
<b>Total</b>	<b>(4.340.943)</b>	<b>4.392</b>	<b>(399.271)</b>	<b>(4.735.822)</b>

	Controladora e Consolidado 2020		2019	
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Variação de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(101.936)	393.892	(3.683)	2.362
Automóvel	11.941	598	(3.211)	61
Habitacional	(26.233)	-	2.992	(176)
Marítimos	(12.711)	1.072	(19.040)	(44)
Patrimonial	(1.137.400)	324.861	58.678	(270)
Pessoas	101.389	68	(31.257)	(189)
Petróleo	(357.714)	-	1.180	6
Responsabilidades	(6.812)			

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020



continuação

	2020		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL	(1.928.163)	(1.928.163)	1.184.993	1.184.993
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	447.900	279.501	(296.248)	(177.749)
Adições e exclusões permanentes	(198.131)	(122.370)	307.587	191.537
Juros sobre capital próprio	-	-	64.322	38.593
Incentivos fiscais	(120)	(72)	(1.465)	(879)
Dedução IRPJ corrente incentivos/acertos	-	-	3.269	-
Participações societária/sucursais	(5.118)	(3.546)	149.380	94.009
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	(2.475)	(1.485)	1.307	784
Outros ajustes	11.261	3.953	(19.448)	(7.103)
Custo com emissão de ações	8.389	5.052	-	-
Crédito diferido filial Londres (*)	(203.107)	(121.865)	110.222	66.133
Ajustes de exercícios anteriores	(6.961)	(4.387)	-	-
<b>IRPJ e CSLL na demonstração do resultado</b>	<b>249.769</b>	<b>157.131</b>	<b>11.339</b>	<b>13.788</b>
Correntes	(75.755)	(27.780)	(88.823)	(46.085)
Diferidos	332.485	189.298	100.162	59.873
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(6.961)	(4.387)	-	-

(\*) Baixa de Crédito Tributário Diferido conforme nota 11.1.

## (b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado				
	2019	Adições	Baixas	Resultado	2020
<b>Ativo fiscal diferido</b>					
Provisões trabalhistas	189.839	17.373	-	17.373	207.212
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.448	-	(51.427)	(51.427)	26.021
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	77.559	-	(77.559)	(77.559)	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	10.039	19.620	-	-	19.620
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(10.490)	(3.960)	-	(66.284)	29.659
Provisão para contingências trabalhistas	19.003	3.517	-	3.517	22.520
Ajuste a valor de mercado - investimento	167	1.974	-	1.974	2.141
Prejuízo fiscal sucursal Londres (I)	335.914	-	(335.914)	(324.973)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	940.762	-	940.762	-
Outros	192	(38)	-	(40)	154
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>699.671</b>	<b>979.248</b>	<b>(464.900)</b>	<b>443.343</b>	<b>81.944</b>

	Resultados				
	2019	Adições	Baixas	Resultado	2020
<b>Passivo fiscal diferido</b>					
Atualização depósitos judiciais	(100.757)	-	17.686	17.689	(83.071)
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(100.757)</b>	<b>-</b>	<b>17.686</b>	<b>17.689</b>	<b>(83.071)</b>
<b>Total líquido controladora</b>	<b>598.914</b>	<b>979.248</b>	<b>(447.214)</b>	<b>461.032</b>	<b>81.944</b>
Ajuste a valor de mercado	(58.228)	-	60.751	60.751	2.523
<b>Total líquido consolidado</b>	<b>540.686</b>	<b>979.248</b>	<b>(386.463)</b>	<b>521.783</b>	<b>81.944</b>

(I) Substancialmente representado pelo ativo fiscal diferido da sucursal Londres

## Imposto de renda e contribuição social

### (b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado				
	2018	Adições	Baixas	Resultado	2019
<b>Ativo fiscal diferido</b>					
Provisões trabalhistas	180.753	9.086	-	9.086	189.839
Provisão para desvalorização do investimento	-	-	-	-	-
Provisão participação no resultado	5.510	-	(5.510)	(5.510)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.388	-	(4.940)	(4.940)	77.448
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	71.229	6.330	-	6.330	77.559
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	9.396	643	-	-	643
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(12.583)	-	2.093	(9.063)	11.158
Provisão para contingências trabalhistas	23.288	(4.285)	-	(4.285)	19.003
Ajuste a valor de mercado - Investimento	2.141	(1.974)	-	1.974	167
Outras provisões (I)	148.791	187.315	-	176.371	336.106
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<b>510.913</b>	<b>197.115</b>	<b>(8.357)</b>	<b>166.015</b>	<b>11.801</b>

	Resultados				
	2018	Adições	Baixas	Resultado	2019
<b>Passivo fiscal diferido</b>					
Atualização depósitos judiciais	(91.159)	(9.598)	-	(9.598)	(100.757)
<b>Total passivo fiscal diferido</b>	<b>(91.159)</b>	<b>(9.598)</b>	<b>-</b>	<b>(9.598)</b>	<b>(100.757)</b>
<b>Total líquido Controladora</b>	<b>419.754</b>	<b>187.517</b>	<b>(8.357)</b>	<b>156.417</b>	<b>11.801</b>
Ajuste a valor de mercado	(33.539)	-	-	(24.689)	(58.228)
<b>Total líquido Consolidado</b>	<b>386.215</b>	<b>187.517</b>	<b>(8.357)</b>	<b>131.728</b>	<b>540.686</b>

(I) Substancialmente representado pelo ativo fiscal diferido da sucursal Londres.

## 26. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

A Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 26.4, sendo eles:

- Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte.
- Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
- Auxílio funeral.
- Seguro de vida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2020	2019	2020	2019
Taxa real de desconto (*)	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 0%	Plano Médico: 0%
	Plano B: 1%	Plano B: 1%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrantes	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 5%	Plano Médico: 5,3%
	Plano B: 5%	Plano B: 5,3%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano B: 5%	Plano B: 5,3%	se aplica	se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica

	Hipóteses demográficas	
	2020	2019
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68	Não se aplica	Não se aplica
	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10%/ M&F (suav. 10%)	PLANO B: AT-2000 suavizada em 10%/ M&F (suav. 10%)
	(D10)	(D10)
Tábua de sobrevivência: Demais Planos	MI 85	MI 85
Tábua de mortalidade de inválido	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(\*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

A inflação médica considerou a experiência do plano nos anos de 2014 a 2017. A taxa encontrada a título de HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) foi de 4,9% a.a., acima do Aging Factor de 2,0% a.a. e da inflação geral de 3,22% a.a. Tal taxa é aplicada de maneira uniforme ao longo dos primeiros 9 (nove) anos, permanecendo em 1,0% a.a. a partir do 10º (décimo) ano.

### 26.1. Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários. O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$ 10.677 (R\$ 12.674 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	160.254	113.512
Custo dos serviços correntes	204	169
Custo dos juros	11.109	8.609
Perda atuarial	15.934	43.474
Benefícios pagos	(12.082)	(5.510)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>175.419</b>	<b>160.254</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor justo inicial dos ativos do plano	190.277	165.289
Retorno ocorrido nos investimentos	12.510	14.382
Contribuições do empregador	10.677	12.674
Contribuições dos participantes do plano	12.898	14.686
Benefícios pagos	(12.082)	(5.510)
Retorno sobre os ativos	(14.704)	(11.244)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>199.576</b>	<b>190.277</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(175.419)	(160.254)
Valor justo dos ativos do plano	199.576	190.277
<b>Situação financeira</b>	<b>24.157</b>	<b>30.023</b>
Efeito do teto de ativos	(24.157)	(30.023)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 26.2. Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estípite mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

A Companhia não pagou contribuições no presente exercício (o montante pago em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$25).

O referido plano apurou um superávit técnico de R\$ 829.827 (R\$ 529.438 em 31 de dezembro de 2019) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora. Dessa forma, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, a Companhia reconheceu somente em suas demonstrações contábeis o montante de R\$ 119.443 (R\$ 214.140 em 2019) referente a reserva especial.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.566.266	1.371.117
Custo dos juros	99.076	114.280
Perda atuarial	14.178	194.259
Benefícios pagos	(122.867)	(113.390)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>1.556.653</b>	<b>1.566.266</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.095.704	2.194.797
Retorno ocorrido nos investimentos	137.785	190.967
Contribuições do empregador	-	25
Contribuições dos participantes do plano	2	25
Benefícios pagos	(122.867)	(113.390)
Retorno sobre os ativos	275.856	(176.720)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>2.386.480</b>	<b>2.095.704</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.556.653)	(1.566.266)
Valor justo dos ativos do plano	2.386.480	2.095.704
<b>Situação financeira</b>	<b>829.827</b>	<b>529.438</b>
Efeito do teto de ativos	(710.384)	(315.298)
<b>Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos</b>	<b>119.443</b>	<b>214.140</b>

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	2020	2019
<b>Disponível</b>	<b>61</b>	<b>61</b>
<b>Realizável de investimentos</b>		
Títulos públicos	256.077	163.270
Créditos privados e depósitos	257.876	202.966
Ações	134.311	391.310
Fundos de investimento	1.527.870	1.594.662
Investimentos imobiliários	81.578	83.218
Empréstimos e financiamentos	6.297	6.285
	<b>2.264.070</b>	<b>2.441.772</b>
	<b>(25.504)</b>	<b>(25.359)</b>
<b>Recursos garantidores</b>	<b>2.238.566</b>	<b>2.416.413</b>

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 189 integrantes, em 31 de

dezembro de 2020 (208 em 31 de dezembro de 2019), sendo 179 aposentados com idade média de 85,64 anos (85,18 anos em 31 de dezembro de 2019) e 10 pensionistas com idade média de 84,66 anos (83,65 anos em 31 de dezembro de 2019).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 20.433 (R\$ 20.173 em 31 de dezembro de 2019).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 136.492 (R\$ 135.780 em 31 de dezembro de 2019), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 130.744 (R\$ 138.424 em 31 de dezembro de 2019). Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	135.780	137.867
Custo dos juros	8.316	11.180
Perda atuarial	12.829	6.906
Benefícios pagos	(20.433)	(20.173)
<b>Valor presente das obrigações atuariais</b>	<b>136.492</b>	<b>135.780</b>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2020	2019
Contribuições do empregador	20.433	20.173
Benefícios pagos	(20.433)	(20.173)
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2020 e os valores projetados para o exercício de 2021 são apresentados a seguir:

	2021	2020
Custo dos juros	8.407	8.316
<b>Despesa no final do exercício</b>	<b>8.407</b>	<b>8.316</b>

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	(136.492)	(135.780)
<b>Situação financeira</b>	<b>(136.492)</b>	<b>(135.780)</b>
Restrição do déficit contratado	-	(6.644)
<b>Valor líquido de pass</b>		

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

Sensibilidade na tábua de mortalidade

PLANO A	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-2000	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	1.508.446	1.630.675
		(48.208)	74.020
PLANO B	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-2000	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	172.833	175.529
		(2.586)	110
PRE 68	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-49	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	130.531	144.815
		(5.962)	8.322
Plano de Saúde	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-2000	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	363.651	399.466
		(13.976)	21.839
Auxílio Funeral	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-2000	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	2.222	2.109
		45	(68)
Seguro de Vida	Taxa nominal (*)		
	<b>Tábua</b>	6,57%	6,57%
	Obrigação de benefício definido	AT-2000	BR-EMS 2015
	Impacto com o cenário principal	1.545	1.681
		(54)	82

(\*) Considera inflação.

**Seção F – Políticas contábeis**

**27. Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**27.1. Conversão em moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

**(b) Transações e saldos**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

**(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

**27.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

**27.3. Ativos financeiros**

**27.3.1. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis incluem créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

**(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

**(d) Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

**27.3.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

**27.3.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**27.3.4. Impairment de ativos financeiros**

**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desse o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**(b) Ativos classificados como disponíveis para venda**

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

**27.4. Classificação de contratos de resseguro**

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro por que ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

**27.5. Ativos intangíveis**

**(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

**(b) Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**27.6. Imobilizado**

**Ativo imobilizado de uso próprio**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a) - %	Anos
Edificações.....	4,0	25
Móveis e utensílios.....	10,0	10
Equipamentos de informática.....	20,0	5
Veículos.....	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

**27.7. Propriedades imobiliárias de investimento**

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1) – Arrendamento. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliar esses ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

**27.8. Impairment de ativos não financeiros**

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

**27.9. Provisões**

**(a) Provisões técnicas**

• A Provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em cumprimento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurada a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

• A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar incluída nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

• A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.

• Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

**(b) Teste de adequação de passivos - TAP (Liability adequacy test - LAT)**

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências dos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 – Contratos de Seguro. Para a aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa são agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros ocorridos.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utiliza-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não são utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, considerando a experiência histórica da Companhia.

A premissa da estimativa do ativo de retrocessão é calculada considerando as informações do ativo de retrocessão, referente às provisões de prêmios e sinistros, comparado às provisões técnicas correspondentes.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

**(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes**

As provisões judiciais de natureza civil, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza civil operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências civis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza civil estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências civis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

**27.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada ano final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no final de cada exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada ano final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 15,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

**27.11. Benefícios a empregados**

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

**(a) Benefícios de aposentadoria**

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

**(b) Outros benefícios pós-emprego**

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável. O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

**27.12. Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

**27.13. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

**27.14. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

**(a) Prêmios de resseguro**

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

• Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.</

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

**(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas**

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

**(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros**

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impairred*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

**(d) Estimativa de Provisão para riscos de créditos**

Conforme evidenciado na nota 7.3, a Companhia adota metodologia própria considerando o histórico de inadimplência dos clientes, se baseado na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação, país e exterior e partes relacionadas, classificação de rating por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

**(e) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros**

Conforme descrito na nota 2.3, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

**(f) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

**(g) Estimativas de recebimento de salvados e ressarcidos**

Conforme demonstrado na nota 10 e 25.2, a Companhia mantém nota técnica atuarial com a metodologia de constituição da estimativa de recebimento de Salvados e Ressarcidos, sendo esta contabilização um ajuste redutor da provisão de sinistros. Essa estimativa corresponde exclusivamente às estimativas dos salvados e ressarcimentos ainda não ativados, haja vista que, após a ativação, a manutenção da estimativa de recebimento como um ajuste redutor da provisão implicaria duplicidade de registro, uma vez que esse valor já está contabilizado no ativo da Companhia.

Com base nas normas e orientações expedidas pela SUSEP, não poderá ser considerada como ajuste de PSL a parcela da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo neste caso registrado no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento. A Companhia dispõe ainda de histórico de dados suficiente para a análise da consistência dos valores registrados, conforme determinado pela SUSEP para registro e monitoramento desta estimativa.

**29 Eventos subsequentes**

**29.1 Impactos causados pela COVID-19**

Os relatórios produzidos pelo Comitê de Crise e distribuídos pelas áreas operacionais, visam potencializar as avaliações de tudo o que está acontecendo com vistas a identificar os impactos para Companhia. Os principais impactos observados estão segregados abaixo por linha de negócio:

**(a) Pessoas**

A pandemia é um risco excluído nos contratos da Companhia. Ressalta-se ainda que com a piora do índice de emprego formal, tendo em vista as possíveis demissões em virtude do período em reclusão e a consequente queda da demanda, esta linha de negócio poderá sofrer um impacto nos seus contratos corporativos. Existem ainda projetos de lei em tramitação que altera a Lei 10.406/02 (Código Civil) para incluir nas coberturas de seguros de vida, os eventos decorrentes de epidemias ou pandemias. Por outro lado, é possível observar um aumento na demanda pelo produto de seguro de vida nos últimos meses. Vale citar também que o mercado observa uma redução significativa nos sinistros decorrentes de acidentes, o que pode amenizar os impactos do COVID-19 na sinistralidade.

**(b) Patrimonial e Responsabilidades**

A receita de resseguro varia em função dos valores ressegurados com base no preço dos ativos das empresas. Caso ocorra queda no preço destes bens, o valor ressegurado será menor, podendo impactar no prêmio emitido dessa linha de negócio. Com a redução da produção e faturamento das empresas, os valores ressegurados com base nos lucros das empresas sofrerão impacto e o prêmio emitido dessa linha de negócio também poderá ser impactado.

Com relação a sinistralidade é imprescindível que ocorra um dano material previsto no contrato para gerar alguma indenização decorrente da paralisação dos negócios. Como regra internacional, danos decorrentes de doenças e pandemia estão explicitamente excluídos das apólices, entendemos que os prejuízos serão bastante limitados a algumas poucas exceções que garantem este tipo de cobertura. Entretanto, existem movimentos que buscam viabilizar o enquadramento de algum tipo de sinistro de lucros cessantes decorrente da pandemia via tribunais. Até o momento, todas as decisões judiciais que acompanhamos têm confirmado este entendimento, exceto um caso ocorrido na França. No Reino Unido, houve um julgamento teste, pelo qual foram definidos entendimentos sobre coberturas adicionais de Lucros Cessantes de correntes de Doenças Contagiosas e Impedimento de Acesso devido Decisão de Autoridade Governamental, que representou uma redução das incertezas sobre o tema, decisão referendada pela Suprema Corte daquele país em 15 de janeiro de 2021.

Um produto que sofreu fortemente com o isolamento social imposto pela pandemia foi o de Cancelamento de Eventos, porém a exposição da Companhia a este produto é bastante limitada.

Foi identificado que os grandes projetos de engenharia tiveram adiantamentos importantes, impactando as receitas de resseguro das linhas de negócio que dependem desses projetos.

**(c) Rural**

O seguro agrícola não deve sofrer impacto negativo relevante. A linha de negócios rural é uma das menos afetadas pela pandemia e COVID-19 se enquadra no rol de riscos excluídos das coberturas operadas no segmento, tanto no Brasil como no Exterior. Na contramão desta crise o segmento agrícola brasileiro está vivenciando a possibilidade de uma safra recorde de grãos, com estimativa de atingir 268,7 milhões de toneladas segundo o levantamento de Out/20 da CONAB, ou seja, 10,9 milhões de toneladas a mais do que apresentado na safra 2019/2020. A boa notícia do setor afetará positivamente o mercado de seguros.

**(d) Petróleo**

Em função da COVID-19, após uma queda substancial no preço do Barril do petróleo no 1º trimestre de 2020, os preços se recuperaram parcialmente e seguem com alguma estabilidade, porém num patamar inferior ao período imediatamente anterior a pandemia. A crise do preço do petróleo, agravada pela queda da demanda devido à pandemia do novo Coronavirus, obrigaram todas as grandes operadoras do setor a reduzir custos e cortar investimentos, colocando em risco, por exemplo, a não renovação de alguns contratos relevantes, junto com uma possibilidade de quebra de algumas empresas somada à queda do preço do barril de petróleo. O impacto esperado é um crescimento menor do que o previsto anteriormente pela Companhia.

**(e) Marítimos**

Os impactos esperados pela Companhia nas negociações não se concretizaram até o momento. O seguro marítimo possui uma correlação com o setor de Petróleo, mas os efeitos pelo adiamento da retomada do mesmo fica restrito a poucos clientes de marine ligados a esse segmento, não refletindo nos números da carteira. No ramo de Transportes não foram observados impactos relacionados à pandemia.

**(f) Aeronáuticos**

A economia global tem sido gravemente afetada pela disseminação da pandemia e um dos setores mais atingidos é a indústria da aviação. O setor sofreu uma queda drástica no tráfego de passageiros que, por conta do surto, foram forçadas a reduzir vôos e cancelar rotas devido às restrições de circulação de pessoas e de voos para alguns locais. Portanto, a indústria de seguros/resseguros no segmento será diretamente impactada.

**(g) Riscos Financeiros**

Expectativa de retração econômica representa menores investimentos diretos e indiretos impactando a necessidade de garantias, tanto no setor público quanto no privado. Incluindo o adiamento e/ou cancelamento de privatizações, concessões e Parceria Público Privadas na esfera pública, e projetos de investimento na esfera privada, impactam os prêmios de seguro e resseguro.

A forte queda na demanda e a perda de receita por causa do coronavírus deram início a uma onda de renegociação de contratos de concessão. Parecer elaborado pela Advocacia-Geral da União (“AGU”) reconhece que as concessionárias têm direito ao reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de rodovias, portos e aeroportos afetados pelo avanço da pandemia. Pelo parecer, a AGU admite que a pandemia configura um caso de “força maior” ou “caso fortuito” nas concessões. As concessionárias estão discutindo com o governo e seus advogados a melhor forma de recuperar os danos causados pela crise. No exercício não foi observado impacto expressivo, relacionado ao Coronavirus, nas operações da Companhia, devido a carteira ser predominantemente formada por grandes empresas.

A Companhia não observou, até a presente data, impactos significativos decorrentes do COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis.

**29.2 Aprovação de acordo com a Eletronorte**

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de janeiro de 2021, a Companhia foi comunicada de que o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (“Eletronorte”) aprovou acordo judicial para encerramento da ação de ressarcimento, proposta em 14 de dezembro 2005, pelo IRB Brasil RE, Sul América Companhia Nacional de Seguros e outras seguradoras em face da Eletronorte, objetivando o ressarcimento dos valores pagos à empresa ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A, por força de contrato de seguro, em decorrência de sinistro envolvendo interrupção de energia elétrica, cujo fornecimento era responsabilidade da Eletronorte.

O referido acordo aprovado pelo IRB Brasil RE, prevê o pagamento à Companhia de aproximadamente R\$ 358.000 brutos de retrocessão. Deste valor, R\$ 50.868 serão repassados aos retrocessionários que fazem parte do acordo, cabendo ao IRB o montante de R\$ 307.132. O montante será pago à vista, após homologação judicial.

Deste acordo o IRB apurou perda financeira no montante de R\$ 52.346 no exercício de 2020.

<b>Antônio Cássio dos Santos</b> Presidente	<b>Carlos André Guerra Barreiros</b> Vice-Presidente Executivo, de Riscos, Conformidade e Jurídico	<b>Isabel Blázquez Solano</b> Vice-Presidente Executiva de Resseguros	<b>Werner Romera Süffert</b> Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Wilson Toneto</b> Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações	<b>Thays Vargas Ferreira da Cunha</b> Contadora - CRC 117013/O-9	<b>Debora Pereira Tavares</b> Atuária - MIBA 2011
--	---	--	---	--	---	--

## Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A. (“IRB Brasil RE” ou “Companhia”), considerando os Pareceres ajustados da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis à Companhia.

<b>Antônio Cássio dos Santos</b> Presidente	<b>Ellen Gracie Northfleet</b> Conselheira	<b>Henrique José Fernandes Luz</b> Conselheiro	<b>Hugo Daniel Castillo Irigoyen</b> Conselheiro	<b>Reginaldo José Camilo</b> Presidente	<b>José Rubens Alonso</b> Conselheiro Titular	<b>Otávio Ladeira de Medeiros</b> Conselheiro Titular	<b>Paulo Euclides Bonzanini</b> Conselheiro Titular
--	---	---	---	--	--	--	--

<b>Ivan Gonçalves Passos</b> Conselheiro	<b>Marcos Bastos Rocha</b> Conselheiro	<b>Marcos Pessoa de Queiroz Falcão</b> Conselheiro	<b>Roberto Dagnoni</b> Conselheiro	<b>Antônio Cássio dos Santos</b> - Presidente	<b>Carlos Guerra</b> - Vice-Presidente Executivo de Riscos, Conformidade e Jurídico	<b>Wilson Toneto</b> - Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações	<b>Werner Romera Süffert</b> - Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Isabel Blázquez Solano</b> - Vice-Presidente Executiva de Resseguros
---	---	---	---------------------------------------	---	---	---	--	---

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

**Anexo 1 – Informações suplementares** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo estão apresentadas as informações requeridas pela SUSEP e não requeridas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), mas que a administração da Companhia julgou relevante para fins de apresentação:

**1.1. Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital**

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabeleceram a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência. Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:

I. Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II. Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III. Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV. Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.

V. Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

**1.1.1. Cálculo do Capital Mínimo Requerido e da Margem de Solvência Regulatória**

A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 31 de dezembro de 2020, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Capital de risco baseado em risco de subscrição.....	1.450.434	958.942
Capital de risco baseado em risco de crédito.....	517.476	349.537
Capital de risco baseado em risco operacional.....	67.846	46.089
Capital de risco baseado em risco de mercado.....	150.999	325.974
Benefício da diversificação de riscos.....	(304.144)	(331.973)
<b>Capital de risco total.....</b>	<b>1.882.641</b>	<b>1.348.569</b>
Capital base.....	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (*).....	1.882.641	1.348.569
Patrimônio líquido ajustado (**).....	3.143.874	2.653.677
<b>Suficiência de patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>1.261.233</b>	<b>1.305.108</b>

	2020	2019
<b>Patrimônio líquido.....</b>	<b>4.256.130</b>	<b>3.945.150</b>
Deduções		
Despesas antecipadas.....	(7.538)	(8.674)
Participações societárias.....	(61.870)	(832.360)
Créditos tributários - prejuízo fiscal.....	(940.762)	(388.200)
Intangíveis.....	(65.704)	(44.400)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior.....	(84.179)	(86.127)
Créditos tributários (***).....	-	(60.715)
Outras deduções.....	(50)	(50)
Ajustes econômicos.....	47.847	129.053
<b>Patrimônio líquido ajustado.....</b>	<b>3.143.874</b>	<b>2.653.677</b>

(\*) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

(\*\*) Patrimônio utilizado para fins de apuração de solvência.

(\*\*\*) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporais deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 11.1), que ultrapassa a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

A Companhia apresenta na data base de 31 de dezembro de 2020, excesso de capital regulatório de R\$ 1.261.233, o que equivale a um índice de solvência regulatória de 167% (patrimônio líquido ajustado / capital de risco total), ao mesmo tempo em que o índice de solvência total da empresa alcança o patamar de 226% (patrimônio líquido / capital de risco total).

**1.1.2. Enquadramento de Liquidez Regulatória em Relação ao Capital de Risco**

A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco para a data base de 31 de dezembro de 2020, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução CNSP 321/2015.

	Controladora	
	2020	2019
<b>Provisões técnicas.....</b>	<b>(13.531.972)</b>	<b>(10.431.746)</b>
<b>Ativos redutores da necessidade de cobertura.....</b>	<b>6.562.569</b>	<b>4.927.180</b>
Ativos de retrocessão (*).....	5.161.823	3.736.956
Ativos de retrocessão não elegíveis (**)......	(1.064.898)	(833.679)
Direitos créditos.....	2.465.644	2.023.903
<b>Ativos disponíveis para garantia.....</b>	<b>7.511.997</b>	<b>4.364.772</b>
<b>Superávit (Déficit) de ativos disponíveis para garantia.....</b>	<b>542.594</b>	<b>(1.139.794)</b>
Margem adicional de 20,0% sobre capital de risco (***).....	(375.123)	(265.266)
<b>Suficiência (Insuficiência) no enquadro regulatório.....</b>	<b>167.471</b>	<b>(1.405.060)</b>

(\*) De acordo com o art. 63 da Circular Susep nº 517/15, define-se como ativo de resseguro redutor e ativo de retrocessão redutor: “I – o valor, respectivamente, dos prêmios de resseguro diferidos e dos prêmios de retrocessão diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas da cedente, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.

(\*\*) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, trata-se de margem adicional de 20% sobre o capital de risco total (anexo 1). Em 22 de outubro de 2020, a SUSEP colocou em audiência pública nº 22/2020 proposta que visa a extinção de tal exigibilidade para todas as seguradoras e resseguradoras locais.

Os ativos disponíveis para garantia referem-se às aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas conforme Resolução CMN Nº 4.444, de 13 de novembro de 2015. O saldo em conta corrente remunerada em dólar junto às instituições financeiras internacionais no valor de R\$ 725.459 (ver nota 1.2.9 e nota 6.1 alínea ii) não está incluído para efeitos de liquidez regulatória brasileira. Na presente data a Companhia apresenta um total de R\$ 8.341.933 de aplicações financeiras (ver nota 6.1).

Os ativos redutores não contemplam as provisões técnicas já garantidas com cartas de crédito collateralizadas exigidas pelos reguladores norte americanos e canadenses para operações com cedentes daqueles países. Conforme mencionado acima, o valor do colateral é de R\$ 725.459 depositados junto à instituições financeiras internacionais (ver nota 1.2.9).

Os planos da Companhia para restabelecer o enquadramento regulatório de que trata esta nota envolveram plano com as seguintes ações:

• Emissão de debêntures cuja primeira colocação no valor de R\$ 597.439 foi concluída em outubro de 2020 e a segunda colocação no valor de R\$ 229.193 foi concluída em dezembro de 2020 (nota 17);

• Operações estruturadas com cedentes e/ou retrocessionárias (LPT);

• Venda de ativos não financeiros;

• Aumento de capital.

**1.2. Conciliação da demonstração do resultado - IFRS e SUSEP GAAP**

Por meio do Ofício nº 63 de 2 de setembro de 2020, a SUSEP determinou que a variação cambial das contas de IBNR, IBNER, PDR, Prêmio RVNE, PPNP RVNE, Comissão RVNE e DCD RVNE devem ser registradas em contrapartida das respectivas contas operacionais na Demonstração do Resultado, enquanto que o registro da contrapartida da variação cambial das demais provisões deve ser mantido na conta de resultado financeiro. Dessa forma, a Companhia reclassificou a variação cambial das mencionadas contas apenas para fins de elaboração das demonstrações contábeis preparadas para de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, apresentadas em separado. Consequentemente, as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), ora apresentadas, diferem das demonstrações contábeis preparadas para o atendimento exclusivo à SUSEP (“SUSEP GAAP”) nos seguintes montantes:

	Controladora		Controladora			
	IFRS Reclasseificações	2020 SUSEP	IFRS Reclasseificações	2019 SUSEP		
<b>Prêmios ganhos.....</b>	<b>8.480.669</b>	<b>217.997</b>	<b>8.698.666</b>	<b>6.611</b>	<b>6.616.430</b>	
Prêmios emitidos líquidos.....	8.309.558	152.250	8.461.808	7.338.051	12.328	
Variações das provisões técnicas.....	171.111	65.747	236.858	(728.032)	(5.917)	
<b>Sinistros ocorridos.....</b>	<b>(8.438.864)</b>	<b>(388.426)</b>	<b>(8.827.290)</b>	<b>(5.140.525)</b>	<b>(40.154)</b>	<b>(5.180.679)</b>
Sinistros diretos.....	(7.776.421)	40.693	(7.735.728)	(5.852.926)	(2.640)	
Salvados e ressarcimentos.....	45.523	-	45.523	887.133	-	
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(707.966)	(429.119)	(1.137.085)	(174.372)	(37.514)	
<b>Resultado com retrocessão.....</b>	<b>(1.268.943)</b>	<b>(196.294)</b>	<b>(1.465.237)</b>	<b>(541.086)</b>	<b>7.713</b>	<b>(533.373)</b>
Receltes com retrocessões.....	2.664.288	5.748	2.670.036	1.793.304	10.131	
Despesas com retrocessões.....	(3.919.511)	(202.042)	(4.121.553)	(1.924.425)	(2.418)	
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário.....	(24.735)	-	(24.735)	(440.717)	-	
Outras receitas e despesas operacionais.....	11.015	-	11.015	30.752	-	
<b>Resultado financeiro.....</b>	<b>(150.483)</b>	<b>366.723</b>	<b>236.240</b>	<b>325.881</b>	<b>26.030</b>	<b>351.911</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício.....</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>(1.521.263)</b>	<b>1.210.120</b>	<b>-</b>	<b>1.210.120</b>

As reclasseificações acima não produzem efeitos no capital mínimo regulatório, reservas técnicas, índices de solvência, liquidez regulatória e ativos garantidores. A sinistralidade calculada considerando as referidas reclasseificações (“SUSEP GAAP”), é de 101,5% (2019- 78,3%).

<b>Antônio Cássio dos Santos</b> Presidente	<b>Carlos André Guerra Barreiros</b> Vice-Presidente Executivo, de Riscos, Conformidade e Jurídico	<b>Isabel Blázquez Solano</b> Vice-Presidente Executiva de Resseguros	<b>Werner Romera Süffert</b> Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Wilson Toneto</b> Vice-Presidente Executivo Técnico e de Operações	<b>Thays Vargas Ferreira da Cunha</b> Contadora - CRC 117013/O-9	<b>Debora Pereira Tavares</b> Atuária - MIBA 2011
--	---	--	---	--	---	--

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021.

Rio de Janeiro,

# Demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

IRB Brasil RE

continuação

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

prefixeda e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguro e dos ativos de retrocessão, teste de efetividade de controles relevantes das contas técnicas de contratos automáticos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses controles, testes substantivos de detalhes das contas de sinistros a liquidar, administrativos e judiciais, e análise da elaboração e aprovação das notas técnicas atuariais da Companhia pelos responsáveis finais técnicos.

Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas adotadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia, empregando procedimentos que incluem recálculos, testes de consistência, análise documental e qualitativa dos principais saldos das provisões técnicas e ativos de retrocessão em 31 de dezembro de 2020, testando a adequação e a completude das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocessão, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que o resultado do cálculo das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões reflete as premissas e metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis.

### Receita de prêmios emitidos líquidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

A mensuração da receita de prêmios líquidos de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam:

(i) a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e; (iii) os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessários a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.

Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e às inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.
- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.
- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação - suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.
- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

### Porque é um PAA

#### Avaliação da realização de tributos diferidos (Notas 11 e 27.10)

A Companhia possui saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, substancialmente relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no país e exterior e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros nas jurisdições. Considerando os resultados gerados nas operações de resseguros no exterior e o agravamento da crise motivada pela segunda onda da Covid-19, a Companhia está revisando a sua estratégia de operações de resseguros no exterior, incluindo a possível retomada das atividades da sucursal de Londres. Dessa forma, o IRB não possui, presentemente, condições objetivas para confirmar a geração de lucros tributários na referida sucursal, motivo pelo qual reverteu o crédito tributário diferido decorrente de prejuízos fiscais, no montante de R\$ 335.914 em 31 de dezembro de 2020.

As projeções de fluxo de caixa e de resultados tributáveis futuros foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades da Companhia no país e exterior, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, essa área permanece como foco em nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos a governança em torno do processo de avaliação do valor recuperável, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo pelo Conselho de Administração e revisões das equipes de especialistas em cálculos financeiros da Companhia.

Envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para a avaliação da razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos a coerência lógica e aritmética das projeções.

Com o apoio de nossos especialistas em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade do prazo de utilização dos prejuízos fiscais acumulados ao longo dos próximos anos. Também comparamos as projeções com o histórico de resultados auferidos em anos anteriores.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são consistentes com dados e informações obtidas.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Informações suplementares

A Companhia apresentou, no Anexo 1 às demonstrações contábeis, informações suplementares referentes a cálculo de capital mínimo requerido, margem de solvência regulatória, enquadramento de liquidez regulatória e conciliação da demonstração do resultado em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas informações são consideradas suplementares pois a sua divulgação não é requerida pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Submetemos essas informações suplementares aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e, em nossa opinião, as mesmas são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2021

 PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contadora  
CRC 1RJ087128/O-0